

CRÍTICA

Cr\$ 3,00

Ano I, número 2, de 9 a 15 de agosto de 1974

FUNDO
AC CEMAP



Bethania sai de cena. Fica uma voz em busca do ouro

página 12

I. de Renda muda de nome e agora vai ser todo mês

página 13

América descobre um Vasco que Cabral não vê

página 8



- Pão, manteiga, arroz, feijão, farinha, café e biscoito. Mais alguma coisa?
- Sim. Agora levante as mãos.

O assassinato do General Delgado e de sua secretária, é um dos crimes que a história começa a cobrar da ditadura salazarista de Portugal.

A memória do ditador está maculada por esse delito. A culpa dos donos do regime deposto em Portugal não pode ser sequer atenuada pela hipótese ou pela alegação de que Salazar e os escalões superiores ignoravam a trama assassina. A responsabilidade moral e histórica recai sobre os artífices maiores do regime que, desrespeitando os direitos da pessoa humana, armaram, na verdade, o braço dos assassinos. A reabertura do processo encerra uma lição: a de que os culpados por esse tipo de crime não perdem por esperar. A própria ação da justiça dos homens, costuma antecipar-se ao julgamento da história, como acontece em Portugal.

página 10

Aditivos: a morte enlatada que você compra (e come) todos os dias

página 4



Alcir, um Capitão

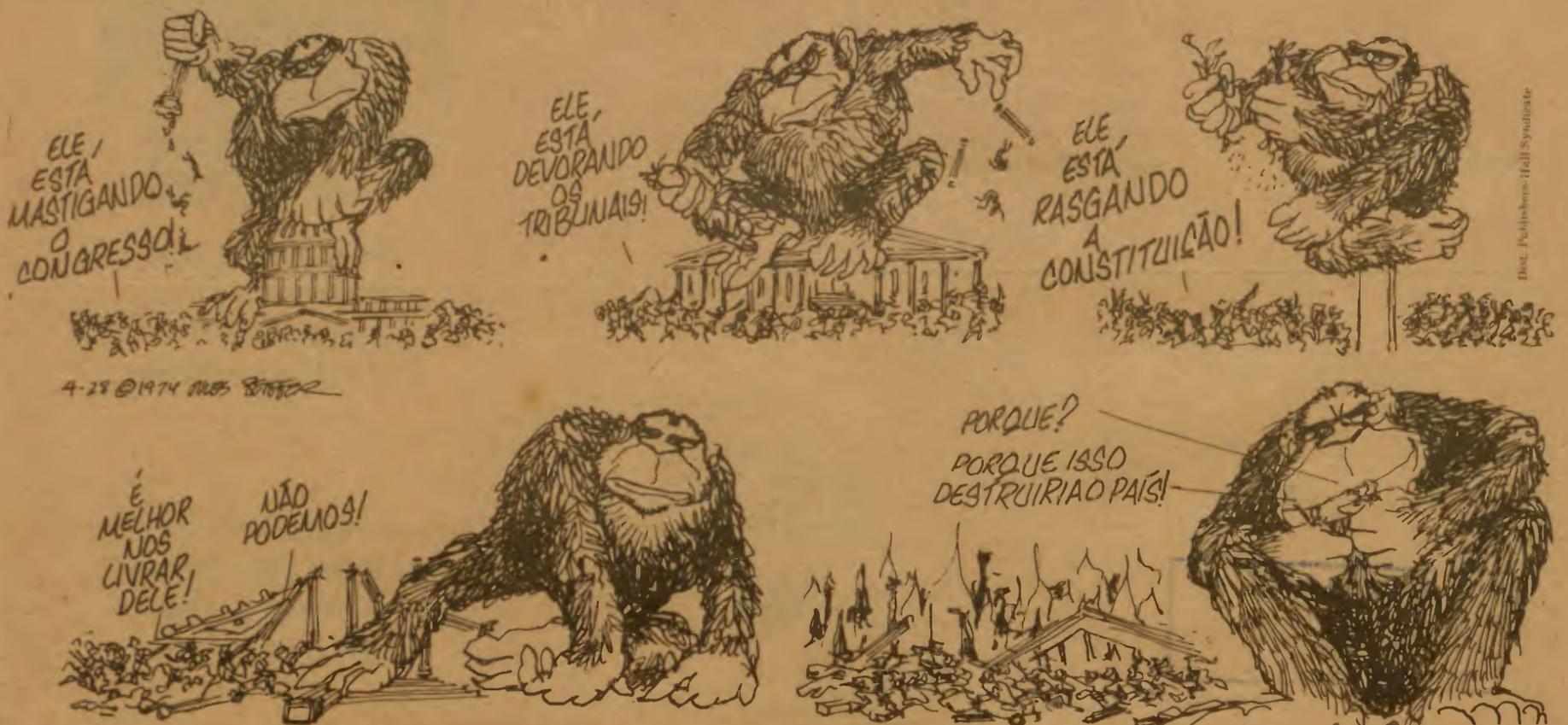


CENTRO DE SAUDE

Meningite continua no Rio e em São Paulo: só morrem os pobres.

página 8

FEIFFER



A Ponte e a Pinguela

Há rumores e, possivelmente, mais do que rumores, de que estariam em curso gestões de origens não muito claras, ou antes claras demais, em torno de pretendidas mudanças na política nacional do petróleo. Antes de mais nada, vale a pena lembrar, com orgulho patriótico e consciente, que essa política nacional do petróleo reflete um dos momentos mais altos de nossa história, lastreada que foi por uma aliança exemplar entre as Forças Armadas e o povo.

A criação da Petrobrás, com a instituição do monopólio estatal do petróleo, através da Lei 2.004, foi, assim, um episódio culminante do pacto cívico do exército e do povo na defesa da soberania nacional. Até porque o exemplo universal ensina que um povo que aliena o seu petróleo, aliena a sua soberania.

Não pretendemos colocar o problema do petróleo em termos emocionais nem mesmo em termos ideológicos, em nome de posições do nacionalismo romântico. Trata-se de um problema a ser examinado agora em seus aspectos puramente gerenciais. E é à luz

desses aspectos que tudo indica a inconveniência de bulir-se, nesta hora, num diploma como a Lei 2.004, que sela os melhores e mais altos compromissos da Nação com seus próprios destinos.

A cavilosa alegação de que aliciamento de capitais estrangeiros iria incrementar a capacidade de pesquisa e produção do petróleo não resiste diante da simples verificação contábil de que a própria Petrobrás dispõe de recursos suficientes para qualquer expansão tecnicamente correta e eficiente no setor da exploração, a que tem atendido com proveito e constância, e em ritmo sempre crescente. Não seria justo entregar ao estrangeiro uma riqueza nacional como o petróleo, especialmente depois de havermos construído à nossa custa, com nosso dinheiro, com nosso suor, com nosso sacrifício, e já agora com nosso know-how, toda a infra-estrutura da indústria petrolífera que possuímos.

Acreditamos, por tudo isso, que não é sequer oportuno debater no momento a quebra do monopólio estatal, abrindo a grupos internacionais ou à ini-

ciativa privada a produção do petróleo, pela qual nunca se interessaram, antes do trabalho da Petrobrás. E não é oportuno, inclusive porque a política mundial do petróleo está situada numa hora de tumulto, própria ao desencadeamento de pressões de todo tipo.

A importância do problema envolve uma escala tão grave de decisões, que seria leviano promover alterações fora de um clima de serenidade. Toldado por disputas e apreensões, o panorama petrolífero mundial poderia refletir na solução brasileira à sombra das distorções e das pendências em que se agita no resto do mundo. Nem o país nem o Presidente da República devem ficar expostos a pressões.

Tanto o Brasil como o General Ernesto Geisel as devem repelir, no propósito de só decidir, neste como em qualquer outro assunto, em nome do interesse nacional e em atmosfera de absoluta serenidade. Esta atmosfera não existe, no momento, na área do petróleo.

Gerardo Mello Mourão

CRÍTICA

Propriedade da Editora Crítica Ltda.

Av. Rio Branco, 156 -
12º S/ 1.222 - Tel. 242-7395

Diretor:
GERARDO MELLO MOURÃO

Diretora Responsável:
ANTONIETA SANTOS

Editora Gráfica:
ANALUCE ESTRELLA

Colaboradores:
Newton Carlos
Jesus Soares Pereira
Medeiros Lima
Maurício Azedo
Sérgio Cabral
Jaguar
Redi
Sebastião Nery

Composto e impresso na
Arca Editora e Gráfica S.A.
Rua Equador, 702 - Rio-GB

Distribuição:
Abril S.A. Cultural e Industrial
Rua Emílio Goeldi, 575 - Lapa
São Paulo

A crise do petróleo e a crise da mandioca

Responsável pela metade das calorias consumidas na Zona Rural (60% da população); a mandioca é o produto que menos estímulos recebe na política agrícola brasileira.

Mas é fácil compreender a razão de tal desinteresse: a mandioca tem ciclo longo – leva até 20 meses entre o plantio e a cultura. Tempo necessário para três ou quatro colheitas de soja, que tem estímulo e excelente cotação no mercado internacional.

Washington Novaes

Há quase um ano, estamos sendo bombardeados diariamente, por todos os meios de comunicação, com notícias, comentários, opiniões, ensaios – mais ou menos fundamentados – sobre a crise do petróleo e suas conseqüências para a humanidade, para o Brasil, para Nova Iguaçu ou Juazeiro.

De fato, tudo ficou em questão – a distribuição mundial da renda, o conceito de potência, o conceito de civilização, o conceito de desenvolvimento, o conceito de transporte, os preços relativos em geral. Ninguém sabe o que será amanhã.

É tudo muito grave, realmente. Apenas, a gravidade do que aconteceu, está acontecendo ou pode acontecer não deve parecer mais grave do que já é. Sob pena de se perder de vista uma porção de outras coisas, no mínimo tão importantes e tão urgentes quanto a crise do petróleo.

No caso brasileiro, por exemplo, vale a pena perguntar se a crise do petróleo é realmente o problema mais grave do país, ou o mais urgente. Se não estamos perdendo de vista algumas questões dramáticas, das quais sequer se fala.

É o caso – um entre vários – da mandioca. Exatamente da mandioca.

Para quem achar estranho ou engraçado, convém recordar algumas informações totalmente despercebidas.

Uma pesquisa realizada em conjunto pela Fundação Getúlio Vargas e órgãos internacionais mostrou que o consumo per capita de mandioca na zona rural brasileira (onde ainda estão 60 por cento da população) vai a 199,6 quilos anuais (consumo direto ou transformado); no conjunto do interior do país, esse consumo é de 124,6 quilos por ano; e mesmo nos grandes centros urbanos ainda chega a 40 quilos anuais por pessoa.

Não é de espantar, uma vez que, segundo essa mesma pesquisa, a mandioca é responsável por quase metade das calorias consumidas pelas chamadas camadas de baixa renda (conceito que engloba por volta de três quartos da população); o feijão responde por quase todo o restante.

**petróleo,
problema tão
grave para
o Brasil?**

Sendo assim, o consumo brasileiro de mandioca já anda em torno de 30 milhões de toneladas anuais, pois ela entra também na composição de rações animais, do próprio pão e outras massas, além de várias formas de consumo industrial). Em 1980, calculam os mesmos pesquisadores, o Brasil precisará

produzir cerca de 70 milhões de toneladas anuais de mandioca, para atender a suas necessidades.

E af se agrava o problema.

Entre os produtos abrangidos pela política agrícola brasileira, a mandioca é, seguramente, o que menos estímulos recebe.

Ainda na última lista de preços mínimos oficiais, divulgada há poucos dias, a mandioca só não recebeu o menor aumento porque este coube a outra prima pobre do Nordeste, a mamona.

Mas, de qualquer forma, o aumento de preço mínimo (isto é, o preço pelo qual os órgãos oficiais se comprometem a comprar o produto, se ele não encontrar maior cotação no mercado) ficou ainda abaixo dos níveis de inflação previstos para os próximos 12 meses pelo próprio Governo.

Quem vai plantar mandioca? Já são poucos os que se animam. Mandioca é planta de fundo de quintal, quase sempre.

É planta que o homem da terra cultiva no roçado particular da propriedade em que trabalha – para consumir a maior parte e vender umas sobrinhas.

Mas a agricultura de subsistência já está – com ou sem razão – condenada pelos técnicos. E na agricultura em escala econômica parece não haver lugar para a mandioca. Ela é uma planta de ciclo longo, que pode chegar até a 20 meses entre o plantio e a colheita. E 20 meses é tempo suficiente para três ou até quatro colheitas de soja, por exemplo, que tem todo o estímulo e ainda mais o preço.

Até não é difícil entender a posição dos técnicos. Evidentemente, eles sabem que um aumento maior no preço mínimo da mandioca corresponderia, quase certamente, a um aumento do preço real de mercado. E

este se traduziria numa elevação de preços (da farinha ou do produto in natura) para o consumidor final – no caso, a parte mais pobre da população. Por isso, preferem não aumentar muito o preço de garantia.

Fica-se, assim, num círculo fechado: não se planta porque o preço não compensa; não se aumenta o preço para não colocar o produto fora do alcance do consumidor; e de novo não se planta.

Até o dia que não haverá mais problema de preço – por falta de consumidores, que terão desaparecido. Porque, se mais da metade da população brasileira ficar apenas no feijão escoteiro – como se diz no Nordeste para designar as pessoas tão pobres que nem sequer farinha podem comprar –, sobrarão poucos para contar a história (é bom não esquecer que a mandioca responde por quase metade das calorias consumidas; e não há nenhum outro produto

de preço acessível para substituí-la).

E evidente que não seria tão difícil encontrar solução para o problema; afinal, o Brasil tem sido pródigo em fórmulas capazes de estimular e até subsidiar muitos produtos e atividades, do café aos produtos manufaturados (pois os incentivos fiscais todos são com outro nome, formas de subsídio).

Não verdade, é um problema que deveria ser colocado acima das teorias, filosofias, ideologias, modelos políticos e econômicos, simpatias, amizades ou inimizades. Pois o que esta no jogo é, pura e simplesmente, a sobrevivência de milhões de pessoas. É como seres humanos que devemos nos colocar diante da questão. Todos.

E não há muito tempo para pensar. As estatísticas jorram todos os dias, aos borbotões, para mostrar também que os índices de desnutrição estão subindo, como estão subindo os índices de mortalidade infantil e de uma porção de outras coisas indesejáveis.

A vida de milhões de pessoas está em jogo.

QUESTÃO DE NACIONALIDADE

Essa mesma mandioca, aliás, também recentemente, o tema de uma das melhores frases publicadas pela imprensa brasileira:

– Se a mandioca fosse norte-americana – disse o agrônomo Paulo de Tarso Alvim, superintendente técnico da CEPLAC e membro do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas –,

o mundo inteiro estaria hoje comendo mandioca flakes e taíoca puffs.

Segundo o agrônomo (que, entre outras coisas, é PhD pela Universidade de Cornell, EUA), em matéria alimentar o Brasil continua sendo um país colonizado. Insistimos no hábito de consumir os alimentos trazidos pelos colonizadores, como o trigo, a batata inglesa e outros.

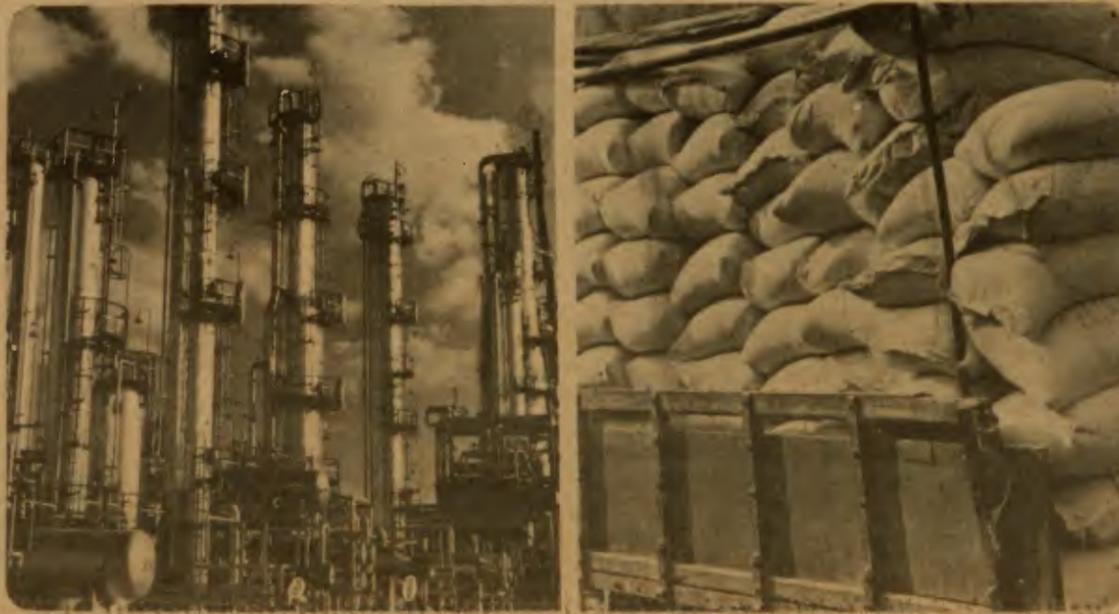
Acontece – explica ele – que os colonizadores tinham razão para isso. Vinham de regiões de clima frio e inverno rigoroso. Acostumaram-se, assim a consumir alimentos de ciclo curto, isto é, que exigem poucos meses de terra, entre o plantio e a colheita, para que possam escapar às baixas temperaturas que os dizimariam.

Todos esses alimentos, entretanto, exigem solos com alto teor de nitrogênio (frequentes na Europa, nos EUA), quando os solos tropicais, como os brasileiros, sabidamente têm baixo teor de nitrogênio. Por isso é que, para plantar trigo, batata e outras plantas não tropicais, é preciso gastar anualmente centenas de milhões de dólares em corretivos do solo, em fertilizantes. E ainda que não se gastasse tanto – lembra ele – convém recordar que as jazidas de fertilizantes naturais estão próximas de esgotamento. E que os fertilizantes artificiais vêm do petróleo, com os preços em disparada.

O que o Brasil deveria fazer, segundo aquele técnico, é desenvolver a cultura de produtos tropicais, tão ou mais ricos que as plantas de países frios ou de clima temperado. Deveríamos aprender a comer mais mandioca, batata doce, milho, para só citar alguns. Os mexicanos, por exemplo, têm uma excelente tradição alimentar à base do milho.

Melancólico, Paulo de Tarso Alvim observa que, quando chegarmos a descobrir que estamos no caminho errado, talvez seja tarde. Ele visitou recentemente a Holanda, verificou que lá já se desenvolve uma tecnologia de fabricação de pão à base de mandioca, “de excelente paladar”. Provavelmente, entretanto, teremos de pagar royalties aos holandeses dentro de uma ou duas décadas, quando pretendermos fabricá-lo.

**quem vai
querer
plantar
mandioca?**



Químicos na alimentação:

Permitidos ou não, os aditivos químicos estão presentes em quase todos os alimentos. A vítima é você, que vai ao supermercado comprar, sem saber de nada. Vítima de uma verdadeira guerra entre fabricantes e produtores. A guerra dos químicos. A Belprato, fabricante de salsichas, mandou analisar o produto de uma concorrente, que era fornecedora do Bob's. Descobriu um agente cancerígeno. Alertado, o Bob's passou a comprar as salsichas da Belprato. Aos clientes do Bob's, uma pergunta: quem analisou as salsichas da Belprato?

A Alimentação do brasileiro mudou muito nos últimos dez anos. Não que tenham mudado os gostos ou os hábitos alimentares. Houve, sim, uma mudança introduzida pela industrialização de alimentos que se instalou e se desenvolveu nesse período. A partir de então, o organismo humano passou a absorver diariamente, quantidades consideráveis de produtos químicos acrescentados aos alimentos durante o processo de industrialização.

A alimentação, hoje, inclui produtos como flavorisantes, que dão ou acentuam o gosto; corantes, que realçam ou dão a cor; umectantes, que retardam o ressecamento; espessantes que dão viscosidade às misturas ralas; acidulantes, que acentuam o gosto ácido, e os conservadores que aumentam os prazos de duração. Ou ainda, os resíduos indevidos de pesticidas, herbicidas, fertilizantes e antibióticos, como o Aldrin, o DDT, o BHC, a penicilina, o Ácido Cianídrico, principalmente no leite, na carne, frutas, hortaliças e cereais.

É verdade que a tecnologia permitiu alimentar as grandes populações, conservar os alimentos transportados a longas distâncias, e aumentar a produtividade da terra, quando o problema é abastecer cada vez um número maior de consumidores. Mas nessa luta, em que os químicos são as armas mais eficientes, o consumidor foi o

maior prejudicado. Se antigamente, a boa aparência de uma fruta era o principal indicio de boa qualidade, hoje já não o é. Porque a química consegue frutas de ótima aparência, mas de qualidade discutível.

O consumidor brasileiro, na grande maioria, ignora esses problemas. Mas entre os profissionais da alimentação, técnicos, nutricionistas e nutrólogos, já existe um conhecimento e, às vezes, uma certa preocupação. Entre eles, a discussão em torno dos aditivos químicos mobiliza mais o interesse do que os problemas sociais de subnutrição e da fome, que há cerca de vinte anos mobilizaram Josué de Castro e outros.

A AUSÊNCIA DE CRÍTICA

Alguns técnicos mais entu-

siasmados costumam dizer que a indústria alimentícia no Brasil se sofisticou e se desenvolveu tanto que pode ser comparada à de outros países com maior experiência. Já formamos nossos técnicos e engenheiros em alimentação (no Instituto de Tecnologia Alimentar, em Campinas - SP) e já se fabricam máquinas e equipamentos para as indústrias do ramo. Um único ponto de atraso são as embalagens, que ainda não são suficientemente resistentes ou atrativas.

Enquanto isso, o consumidor brasileiro assiste, maravilhado, a essa evolução tecnológica que lhe oferece a cerveja em lata, o leite em embalagem plástica, os pratos semipreparados. E não se pergunta sobre a qualidade do que está levando para casa.

Nos Estados Unidos e na Eu-

ropa, paralelamente à evolução tecnológica da indústria de alimentos, desenvolveu-se a consciência crítica dos consumidores que se organizam em associações - hoje existem dezenas, na França, Suíça, Inglaterra, Holanda e Estados Unidos -, promovendo uma forte campanha contra tudo o que o consumo possa oferecer de prejudicial à vida humana. Graças a essas associações, muita coisa se modificou e, o que é mais importante, uma grande parte da população se conscientizou do problema.

Nos últimos tempos, essa preocupação já não é só do consumidor. Existe, nesses países, um movimento de agricultores em prol do abandono da agricultura "química" e retorno à agricultura "biológica", à base de adubos naturais. Os produtos desses agricultores, também chamados de produtos "naturais", têm direito a uma etiquetagem especial e custam mais caro.

No Brasil, a saúde dos consumidores está mais ou menos entregue ao critério dos produtores industriais ou dos agricultores. Existe uma lei do Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos e Alimentos, que estabelece as quantidades máximas de aditivos tolerados pelo organismo humano. O que não existe, ou quase, é a fiscalização que - se funciona mal no Rio e em São Paulo - permite supor que seja ainda pior no resto do País.

No Rio, a fiscalização cabe ao Laboratório Bromatológico da Secretaria de Saúde, encarregado das análises de controle dos novos produtos lançados no mercado, e do Serviço de Higiene Alimentar, que cuida da análise fiscal, em casos de suspeita, denúncia, ou como atividade normal. Além dos produtos, o Serviço, é ainda encarregado da fiscalização das condições de higiene dos estabelecimentos do ramo de alimentação.

Por maior que seja a boa vontade dos técnicos e do diretor do Laboratório Bromatológico, eles têm sua ação dificultada - para não dizer impedida pelas deficiências do órgão. A indústria queixa-se frequentemente do atraso com que são atendidos os pedidos de análise de controle. O Laboratório não tem condições de acompanhar a dinâmica das empresas e, por isso, novos produtos acabam sendo lançados no mercado ilegalmente sem o respectivo número de registro, o que, em condições normais é proibido.

Mas, o mau funcionamento do Laboratório Bromatológico é compreensível: faltam aparelhamentos indispensáveis e técnicos, além do que os poucos existentes são mal pagos. Existem, apenas doze funcionários para atender à Guanabara, Estado do Rio, Minas, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Pará, pois o Laboratório divide com apenas dois outros - o Adolfo Lutz, de São Paulo, e o Instituto de Pesquisas Biológicas de Porto Alegre - a respon-

sabilidade pelo atendimento a todo o País.

Nos últimos anos, os contestadores mais radicais passaram a propor não só a eliminação dos aditivos químicos nos alimentos como também o início de um processo de desindustrialização. Dois professores norte-americanos da Universidade de Stanford - Paul Erlich e Richard Harriman - em artigo publicado na revista *Science et Vie*, em 1971, consideraram a industrialização "um câncer a ser extirpado".

Entre os dois opostos - contestadores e defensores - estão os que se colocam numa posição intermediária, de tolerância para com os métodos industriais, mas reconhecendo que é preciso uma legislação exigente, um controle rígido e uma conscientização da parte dos próprios consumidores. Nesta posição, está o professor de Tecnologia Alimentar, e Chefe de Pesquisa do Instituto de Nutrição do Estado da Guanabara, Jaime de Freitas. Ele acha que, se não houvesse má fé, nossos produtos poderiam ser de primeira qualidade. E que os aditivos permitidos não são um mal em si, mas tornam-se um mal quando usados indiscriminadamente e em detrimento da qualidade ou sanidade dos produtos.

GUERRA DE QUÍMICOS

O professor Jayme de Freitas usa a expressão "guerra de químicos" para definir a luta entre os fabricantes concorrentes, que usam e abusam dos químicos para "atender aos padrões do mercado". E, às vezes, aditivos são usados em lugar de um produto natural, o que é muito comum no macarrão e nos cremes de recheio de doces, em lugar do ovo. Mesmo que não sejam usados abertamente com o intuito de substituir alguma coisa, têm às vezes, uma função meio ambígua, como dar cor às salsichas e conservas de carne, sugerindo a mesma coloração da carne fresca.

Os fabricantes de doces de padaria, que até recentemente não empregavam aditivos, já passaram a usá-los. Em consequência, doces que normalmente teriam a duração de um dia, resistem por uma semana ou mais nas vitrines.

Em alguns "quindins", por exemplo, usa-se como conservador o sorbato de potássio, que em excesso, inibe a ação digestiva. A ingestão dessa substância pode, inclusive, provocar problemas digestivos.

Todo e qualquer aditivo permitido deveria ser usado na quantidade exata que, em geral, é mínima, representando o máximo que nosso organismo pode tolerar. As doses mínimas permitidas dão uma idéia do poder ativo desses produtos e nos permite supor que, se manipulados por mãos inábeis ou pouco escrupulosas, poderiam resultar num desastre. Não é segredo que alguns aditivos, podem ser perigosos se usados em doses maiores. E isso nos leva a um outro tipo de preocupação:

substâncias mortais como PI, AL, H2 e F1 estão nos enlatados



Você está sendo envenenado

mesmo que fossem observadas estritamente as quantidades permitidas, o consumo diário, não poderia levar à uma saturação? Esta resposta não se obtém facilmente, mas a pergunta é inquietante.

O CONTROLE DE CADA UM

Os fabricantes justificam-se frequentemente com o fato de que todas as fábricas têm seus laboratórios de controle e que os produtos são "rigorosamente" testados antes de serem postos à venda. Mas, se assim fosse, não aconteceriam os acidentes de intoxicação por alimentos. Muitas vezes, esses laboratórios são usados para outras finalidades, como testar os produtos de outros fabricantes, com objetivos concorrenciais. É um tipo de espionagem industrial que, às vezes, dá bons (comercialmente falando) resultados.

O professor Jaime de Freitas cita casos, um deles envolvendo duas das nossas mais conhecidas fábricas de salsichas. Uma delas, a Belprato, resolveu testar o produto da concorrente que, por sua vez era fornecedora de uma das maiores cadeias alimentares ligeiras do Rio - o Bob's. O teste comprovou que o corante usado por aquela marca era um agente cancerígeno. Os resultados da análise foram levados à administração do Bob's que, devidamente convencida, passou a comprar da Belprato. Mas para os consumidores dessa cadeia de alimentação, resta saber quem testa, agora, a composição das novas salsichas?

E, ainda, o professor Jaime, que, tendo em sua casa um pequeno laboratório de análises, diz ter encontrado suspiros (doces) feitos com goma-arábica em lugar da clara de ovo, além de certa quantidade de gesso, para dar consistência. Mas o dr. Geraldo D'Arienzo, chefe do Serviço de Higiene Alimentar, duvida que a goma-arábica esteja sendo usada para esta finalidade, não por um problema de consciência do fabricante, mas porque, segundo ele seria antieconômico: a goma-arábica se contrai facilmente e em consequência, o suspiro murcha.

Verdade ou não, no caso dos suspiros, a goma-arábica é um dos aditivos permitido como "espessante", na fabricação de gomas de mascar, balas e pós para sorvetes. Embora considerada um produto inofensivo, não se pode evitar uma sensação desagradável diante de tão estranho componente na nossa alimentação.

O VALOR DOS RÓTULOS

Aditivos, segundo a definição da Organização Mundial de Saúde, são substâncias intencionalmente adicionadas aos alimentos, com a finalidade de conservar, intensificar ou modificar suas propriedades, desde que não prejudiquem o valor nutritivo desses alimentos.

Segundo o Código Brasileiro de Saúde, é proibido usar aditivos cujos resultados sobre o organismo humano não sejam conhecidos. Mas o conhecimento que se tem deles é relativo,

porque antes de serem usados na alimentação, são testados, por exemplo, em ratos. E uma revista europeia, de uma associação de defesa de consumidores, lançava a pouco tempo a questão de que o fato de ser inofensivo aos ratos não garante que o mesmo produto seja, a longo prazo, inofensivo aos seres humanos.

Uma das primeiras medidas de defesa dos consumidores dos Estados Unidos e de alguns países da Europa foi exigir que os rótulos dos produtos alimentícios industrializados trouxessem a relação dos seus componentes. Passaram a exigir, também, que os rótulos fossem mais objetivos, suprimindo os dizeres elogiosos - e quase sempre enganosos - sobre supostas qualidades dos produtos. Alegam que a função do rótulo é descrever o produto, informar sobre a composição e não fazer publicidade do mesmo. E, desse modo, seria muito mais válido imprimir no rótulo a análise química de um óleo de cozinha, do que defini-lo como um produto "superior", ou "especial". A variedade de produtos trazidos pela industrialização provoca uma confusão dentro da qual é difícil ao consumidor orientar-se com segurança. Daí a importância do rótulo que - se levado a sério - seria o elemento mais direto de informação do comprador, nesta época dos self-services, que eliminaram a figura do vendedor.

No Brasil a lei determina que os alimentos que contiverem aditivos deverão trazer na rotulagem a indicação dos produtos utilizados como aditivos - explicitadamente ou em código. Devendo, porém, em ambos os casos, ser mencionada, por extensão, a respectiva classe.

VÁRIAS INTERPRETAÇÕES

Apesar de parecer bastante clara, a lei tem sido interpretada de diversas maneiras, de acordo com a conveniência do fabricante. Até a concepção de rótulo varia, especialmente, no caso dos refrigerantes, que consideram como rótulo a tampinha, que é jogada fora no momento da abertura da garrafa. Assim, a relação dos aditivos é impressa na tampinha, com letras tão minúsculas que dificilmente se notam.

Este é um dos muitos artifícios usados pelos fabricantes, que aparentemente não querem estampar em letras legíveis a lista dos aditivos, o que poderia alarmar o consumidor. Os refrigerantes trazem, no máximo, o nome, a quantidade contida na garrafa, e a indicação "Indústria Brasileira". Além disso, os nomes pelos quais são conhecidos nada indicam quanto as suas composições, a não ser no caso do guaraná, que é feito com o produto do mesmo nome, todos os outros não têm o menor significado objetivo.

Mas, mesmo que os fabricantes aceitassem imprimir em letras visíveis a relação dos aditivos, pouco ou nada ajudaria ao consumidor, pois conforme a lei permite, a descrição pode ser feita pelo código ou pelos no-

mes. A maioria prefere os códigos que o consumidor não tem nenhuma possibilidade de identificar.

O MISTÉRIO DOS CÓDIGOS

Se examinarmos cuidadosamente, a tampinha de um dos refrigerantes mais vendidos no Brasil - a Fanta -, encontraremos a lista dos seus ingredientes, ao que se dá o nome de bouquet: Acidulante H2, Conservador P1, Antioxidante A1, Flavorizante F-1. Essa relação é incompleta porque deixa de mencionar o Corante e o Estabilizante, que entram na composição, segundo o professor Jaime de Freitas.

Esta lista de componentes passaria a ter um outro significado, se o consumidor soubesse, por exemplo, que o Acidulante H2 é o Ácido Cítrico, sintético, mortal se tomado em grande quantidade. Que o Conservador P1, é Ácido benzóico, permitido na proporção de 0,10%. Antioxidante A1 é ácido ascórbico, também usado em margarinas, polpas e sucos. Finalmente, o Flavorizante F1, é essência (natural) de laranja.

Os corantes têm uma importância fundamental, porque estão presentes na maioria dos produtos consumidos pelas crianças. Estão nas balas, doces, refrigerantes, sorvetes, refrescos e pudins artificiais. A cor é um atrativo e os fabricantes sabem disso.

Na longa lista de corantes há os artificiais, que são os mais usados, por serem mais baratos, apesar de prejudiciais à saúde. Entre eles estão, por exemplo, a tartrazina, que "substitui" o ovo, a indicotina, a eritrozina, o "bordeaux", o "amarelo crepú-

culo" e o "escarlata-GN", muito usado em recheios e revestimentos de confeitarias. Entre os naturais, menos usados, por serem mais caros, estão a beterraba, o cacau, o açafraão, o caramelo, a riboflavina (Vitamina B2), e o Carotenoide, que é extraído da cenoura. Como se vê, o uso de corantes naturais, acrescentaria não somente a cor mas, também, propriedades alimentícias.

FRAUDES E MISTURAS

A deficiência da fiscalização e a confusão causada pela grande quantidade de produtos novos aparecidos nos últimos anos permitem vários tipos de fraude como a falsificação. É o caso do macarrão feito com corante e apresentado como massa com ovos. Ou então, a substituição de um produto por outro, ou as "misturas", muito conhecidas no ramo dos óleos de cozinha. Nessas misturas, se faz uma composição de óleos inferiores como o de amendoim ou de algodão, ou outro qualquer, vendidos como se fossem de soja ou milho, especialmente em épocas de crise no mercado.

O único meio de se evitar - ou pelo menos diminuir as fraudes - seria através de análises físicas permanentes. A análise de controle inicial, para a aprovação do produto não é suficiente, porque permite ao fabricante, depois de obter a licença, alterar a fórmula inicial, passando a produzir um produto inferior. O professor Jaime de Freitas diz que, para se evitar isso, seriam necessárias análises físicas permanentes, com amostras recolhidas ao acaso nas prateleiras dos supermercados. E, para isso, os Laboratórios Bromatológicos deveriam ter um número muito maior de técnicos e pessoal especializado.

Na verdade, todas essas fraudes são proibidas por lei, mas fazer cumprilas, é quase impossível. Existem muitas para os comerciantes infratores, de 7 a 10 salários mínimos. E o 7º Artigo do Código de Saúde diz que é proibido "levar o consumidor ao engodo". Apesar disso, vários comerciantes não têm pudor em usar produtos perigosos como o bicromato de chumbo, que às vezes é encontrado em doces ("sonhos"), ou massas. Outros usam Nitratos, Nitritos, ou sulfatos de sódio, para conservar a cor da carne, embora saibam que nesse produto - assim como no peixe e no leite - é proibido qualquer aditivo, só se permitindo como conservador, a refrigeração.

O Dr. Gerlado D'Arienzo, chefe do Serviço de Higiene Alimentar, acha que o costume de enganar só desaparecerá quando o consumidor e o comerciante se conscientizarem; os primeiros, da importância da alimentação sadia e os segundos da responsabilidade social de sua profissão. O comerciante e o fabricante são, de qualquer forma depositários da confiança do consumidor.

No ano passado, falou-se pela primeira vez no Brasil, da necessidade de conscientização do consumidor. Mas, em nenhuma das vezes, a sugestão partiu de onde deveria partir, isto é, dos próprios consumidores. Coincidentemente, o problema foi abordado em duas Câmaras Municipais: na de São Paulo, durante a "Semana de debates sobre problemas do Consumidor na área metropolitana de São Paulo"; e na de Porto Alegre, numa reunião sobre o mesmo tema. Nesta última, chegou a ser proposto, por um dos vereadores, a criação de uma associação de proteção ao consumidor.

Na reunião da Câmara de São Paulo, o Coronel Walter Santos, representante de uma empresa americana, uma das maiores do mundo, no ramo de planejamento da alimentação, em instalação no Brasil, disse que tanto o Governo quanto as indústrias brasileiras deveriam tomar medidas urgentes para evitar que aconteça aqui o mesmo que nos Estados Unidos: "uma psicose coletiva, o medo dos alimentos". E é preciso evitar que a população perca a confiança na tecnologia.

nos quindins e suspiros de padaria goma arábica e potássio.

Odaci Costa



À espera de vacinas



Maranhão, Minas, Goiás e Rio têm suas vítimas de meningite, doença de grande incidência nas populações com condições de vida subumanas. Mas em São Paulo a situação é alarmante: mais de duas dezenas de mortos e quase dois mil internados graves.

Apesar das tentativas anti-alarvistas, a verdade é que o Brasil é o país que apresenta, atualmente, o maior surto de meningite em todo o mundo. Segundo o próprio assessor especial, Ananias Porto, designado pelo Ministro Almeida Machado para observar o atual surto, "a situação é grave, embora não seja de calamidade pública".

Em São Paulo, onde a epidemia assumiu proporções ainda mais críticas, com 1686 vítimas isoladas nos hospitais, já se registraram 228 mortes. No Rio, do total de 53 vítimas fatais, 33 ocorreram de janeiro a junho, enquanto somente nos últimos 30 dias foram constatados 22 casos fatais, 15 dos quais, ainda, na última semana, o que mostra um ligeiro aumento.

Atualmente, no Rio, 40 pessoas, aproximadamente, estão internadas no Hospital-Isolamento São Sebastião, procedentes dos Hospitais Carlos Chagas, Getúlio Vargas e Rocha Faria. Nos hospitais, entretanto, ninguém dá informações à imprensa e, no Getúlio Vargas, por ordem de seu diretor, "é expressamente proibida a entrada de fotógrafos".

A Secretaria de Saúde diz, apenas, que não há razões para alarme, quando os pais, insistentemente, não param de telefonar perguntando se há perigo ou onde podem vacinar seus filhos. Para estes, a resposta é sempre a mesma:

- No momento, não há vacinas.

Também em Brasília, a meningite andou fazendo estragos: o último dado de que se tem conhecimento é de 11 mortos até a última semana. Em Uberaba, as informações são de 30; em Goiás, 52; no Maranhão, 12 além dos 16 trabalhadores do Projeto Ja-

ri, que morreram entre 13 de janeiro e 16 de maio.

Em São Paulo a população está sendo vacinada em bloco e uma remessa de 200 mil vacinas procedentes da França e Estados Unidos chegou a Brasília esta semana. Só que não serão distribuídas imediatamente, sendo antes testadas nas cidades-cobaia de Sobradinho e Goiânia, sob a supervisão de um médico-observador na Organização Mundial de Saúde.

Porém, o Ministro Almeida Machado adverte que "a vacina não deve ser encarada

como um remédio milagroso que irá salvar a população do surto", denunciando, inclusive, um déficit de vacinas no mercado internacional.

AFINAL, O QUE É?

Doença própria das populações mais pobres, onde as condições alimentares e de higiene são deficientes, ela age em função da ausência de defesa do organismo humano. O meningococo, germe do qual 40 por cento dos seres humanos são portadores, ataca a meninge, provocando a paralisção dos músculos da espinha dorsal, cau-

sando - se não tratada a tempo - até a morte.

O atual surto, no Brasil, tem características especiais, até então inéditas em todo o mundo: a epidemia causada pela bactéria C (de origem americana) estava decrescendo, quando surgiu o atual surto provocado pela bactéria A (de origem francesa). De forma que o atual surto é provocado por duas bactérias, o que nunca ocorrera antes.

O tratamento pode ser preventivo ou terapêutico. Neste caso, somente através de vacinação, podendo, ao mes-

mo tempo, serem ministradas as duas vacinas (americana e francesa) simultaneamente, sem prejuízo da imunização. Essas vacinas vêm em pó, com um meio estéril para dissolução. Após dissolvido o preparado, deve ser usado em oito horas.

A vacinação pode ser feita em crianças a partir do sexto mês. Até os três anos, são necessárias duas doses e, a partir daí, uma dose de 50 microgramas. A vacina do tipo A imuniza por três anos enquanto a do tipo C tem validade por apenas seis meses.

MISTÉRIO CONTINUA

No início do surto, o Ministro da Saúde, Almeida Machado, negou-se a falar sobre o mesmo dizendo não querer "nem ouvir falar sobre meningite". Não se tinha nenhum dado oficial, enquanto os hospitais fechavam as portas à imprensa.

Agora, diante da evidência dos fatos, o Ministério promete não mais esconder dados estatísticos sobre a incidência da meningite no Brasil, prometendo "manter a população informada sobre o número de casos que surgirem mensalmente em cada Estado".

A decisão foi anunciada, no Rio, pelo presidente da Comissão Nacional de Controle da Meningite, Vinicius Wagner. Segundo ele, a Comissão só não começará a divulgar dados imediatamente "porque ainda não temos, dados estatísticos atualizados".

E, enquanto isso, o Hospital Getúlio Vargas continua proibindo a entrada de fotógrafos, por ordem expressa de seu diretor. (S.M.)

COMO EVITAR A MENINGITE

Evite aglomerações em recintos fechados, evite das alcoólicas; evite contato com pessoas portadoras de gripes; cuide da higiene pessoal e do ambiente em que vive ou trabalha; alimente-se adequadamente; evite o abuso de gelados e bebidas alcoólicas; evite contato com pessoas portadoras de gripe ou outras doenças do aparelho respiratório; não visite hospitais.

Recomenda-se pingar uma solução adequada (rinosoro) no nariz das crianças todas as noites; aos adultos, é recomendado o gargarejo, todas as noites, com água e sal. A desinfecção de utensílios de mesa e objetos eventualmente contaminados pelas secreções da garganta dos pacientes é, também, uma excelente medida preventiva, assim como evitarem-se os beijos, que são veículos transmissores por excelência.

Aos primeiros sintomas, procurar socorro médico, porque, quando tratada, a meningite não é fatal. A vacinação pode ser feita em crianças a partir do sexto mês. Até os três anos, são necessárias duas doses e, a partir daí, uma dose de 50 microgramas. A vacina do tipo A imuniza por três anos, enquanto a validade da do tipo C é de apenas seis meses.



Santo Tomás, hoje

Comemora-se este ano o sétimo centenário da morte de Santo Tomás de Aquino. A ontologia tomista, reexaminada em nossos dias, especialmente depois dos trabalhos de Maritain, é uma presença viva do mundo atual.

Antonio Carlos Villaça

No tomismo do século XX, vemos três fases - de complexidade crescente. A fase de Garrigou-Lagrangé, ou da volta estrita ao texto de Santo Tomás de Aquino. Tantas e tantas vezes preterido em favor de seus insígnias e múltiplos comentadores. A fase de Etienne Gilson, com a penetração por assim dizer-se no núcleo do pensamento tomista, o ponto central. O ato de existir seria esse núcleo. E o ensaio mais típico dessa fase é o *L'être et l'essence*, de Gilson, momento decisivo de uma análise crítica do pensamento de Tomás.

Depois do textualismo e da penetração crítica, a assimilação vital, a integração do tomismo na cultura moderna, empreendida por Jacques Maritain e por Chenu. A obra de Maritain seria a mais representativa desse terceiro período.

Um ponto hoje nos parece fundamental na leitura crítica de Tomás, numa releitura contemporânea da sua obra de filósofo e teólogo: a primazia conferida na ordem da inteligibilidade ao ato de existir. O tomismo não é como doutrina uma realidade toute faite. Mas uma obra à faire, in fieri, a refazer incessantemente, perenemente, à luz das novas realidades e novos desafios do tempo. Um sistema aberto eminentemente ao futuro, dinâmico, inconcluso. Matussi e Hugon formularam as vinte e quatro teses fundamentais do tomismo como síntese. Mas que largueza de horizontes.

Os princípios, que o sintetizam, como filosofia natural da inteligência, são a primazia do ato de existir, a síntese noético-sensível ou o realismo do conhecimento, a união de espontaneidade e racionalidade no ato livre, a primazia da inteligência e da liberdade.

A ontologia de Santo Tomás, reinterpretada como ontologia do ato de existir, actus essendi, adquire decisiva significação na história da metafísica ocidental. O tomismo situa-se ao lado das correntes vivas da filosofia contemporânea, como a fenomenologia, o hegelianismo, o marxismo, o existencialismo. Corrente viva. Não uma peça de museu. O tomismo, dizia Lacordaire, não é um marco, é um farol. A tarefa, a tarefa maior, que de fato hoje se apresenta ao tomismo é, com sua ontologia do existir, elaborar uma reflexão sobre a História e uma elucidação filosófica da existência histórica do homem.

As perspectivas de progresso, para o tomismo, como doutrina viva, presente, em re-elaboração, pensante, estão no amplo contexto de uma antropologia filosófica.

Morto Frei Tomás, há precisamente sete séculos, na modestia ou singeleza de um mosteiro beneditino, a que como peregrino se recolhera, houve quatro grandes fases distintas, na história do tomismo. O primitivo, dos primeiros discípulos, na intimidade polêmica e universitária da Ordem Dominicana. São os discípulos imediatos, em duelo ainda com os franciscanos. Depois, o alto tomismo, até 1550, com os grandes comentadores, um cardeal

Caetano, um Silvestre de Ferrera, um Francisco de Vitória. Em seguida, o tomismo postridentino, com Bañez, o português João de Santo Tomás, que morre em 1649, mestre de Maritain e autor de um estudo sobre os dons do Espírito, que foi traduzido por Madame Raissa Maritain. Por fim, o tomismo de Leão XIII, posterior a 1879, à famosa Encíclica *A Eterni Patris*, que, no limiar do pontificado de Leão XIII, exprime o renascimento dos estudos tomistas em termos universais.

Hoje, os tomistas o que desejam é prosseguir na linha de assimilação vital, orgânica, que as obras de Chenu e Maritain expressam. Tal é o pensamento dinâmico de Joseph de Finance, Karl Rahner, Lotz, Mueller, Siewerth, Welte, Gilson, Marc, Geiger, Raemaeker, Chenu, que na linha de Joseph Maréchal e Ambroise Gardeil, renovaram em profundidade os estudos tomistas, numa perspectiva de contemporaneidade ou diálogo.

Chenu, em seu livro clássico, de 1950, *Introdução ao Estudo de Santo Tomás de Aquino*, nos revela como erudição de consumado scholar, que o tomismo leva a uma visão nova da história do ser, a que se refere Martin Heidegger na sua filosofia existencial, a quem pioneiramente Frei Damiano Berge dedicava um estudo crítico em 1937, em *A Ordem*. Tomás opera na sua plenitude o transitus helenismi ad Christianismum, a passagem do helenismo ao cristianismo como unidade.

«A perspectiva histórica, escreve o Padre Dominique Chenu, implica uma crítica da categoria sumária de idade média e do conceito clássico de renascença, de Burckardt. Sem participar do excesso da reação de Nordstrom, é preciso rever nossos esquemas a partir dos estudos de Pirenne, Haskins, Dawson, Gilson. Historiadores da literatura e historiadores da vida espiritual, sociólogos e filósofos, todos estão de acordo em que se situa na grande ruptura do século XII, uma das mais profundas que jamais marcaram a evolução das sociedades européias, segundo Bloch, o começo da religião dos novos tempos», e é dizer tudo.

O maior dos opúsculos de Santo Tomás é o *De Ente et Essentia*, síntese de metafísica do ser, de que Roland-Gosselin nos deu admirável edição crítica, repleta de copiosas notas históricas e doutrinárias. A controvérsia existencialista ressuscitou escritos por Santo Tomás de Aquino, ainda jovem. Maritain no *Breve Tratado sobre a Existência e o Existente*, em 1947, e Gilson, em *O Ser e a Essência*, retomam o tema, nobremente.

Dialética e contemplação, conjugadas efetivamente, numa altíssima experiência, como anotou Chenu.

Depois da morte dos grandes renovadores modernos do tomismo, um Cardeal Mercier, um Pierre Rousselot, cujo livro sobre *O Intelectualismo de Santo Tomás*, de 1915, teve tão vasta repercussão no pensamento de Jackson de Figueiredo, um Maréchal, preocupado com o problema crítico, isto é, Kant, um Norberto del Prado, um Francisco



Marín-Sola, um Gardeil, um Mandonnet, um Sertillanges, que significou o tomismo aberto, em oposição a Garrigou-Lagrangé, mais textualista, um Penido com sua obra sobre *Analogia*, de 1931, um Maurice De Wulf, com sua *História da Filosofia*, que tão importante influência viria a ter na conversão de Tristão de Atafde ao catolicismo em 1928, um Grabmann, um Maritain, que recusava o título de neotomista, para preferir o de paleotomista, isto é, velho tomista, que resta, hoje, de tomismo e de tomistas?

Vejo pelo menos dez tomistas vivos, de renome internacional: Etienne Gilson, que se divide entre Paris e o Instituto de Estudos Medievais de Toronto, Dominique Chenu, o Cardeal Charles Journet, no Grand Séminarie de Fribourg na Suíça, onde é professor de Teologia e mantém a bela revista *Nova et Vetera*, Michel Labourdette, o mestre de Toulouse, Jean Hervé Nicolas, Yves Congar na sua obsessão de ecumenismo e de uma reforma verdadeira da Igreja, Fulton Sheen, e de *God and Intelligence*, prefaciado por Chesterton em 1925, Joseph de Finance, professor da Universidade Gregoriana, que nos visitou em 1965, Karl Rahner, João Ameal.

A *Revue Thomiste*, hoje publicada em Toulouse, no Convento dos Dominicanos, congrega o que há de vivo no pensamento tomista. O último número trazia um longo artigo de Joseph Nicolas sobre o derradeiro livro de Jacques Maritain, *Approches sans entraves*, publicado post

mortem, 1974. Na Gregoriana, com a argúcia extrema de De Finance, ou na Universidade Lateranense, entregue à abertura compreensiva de Paván, o autor da *Magistra*, em Louvain ou no Angelicum em Toulouse ou em Toronto, trabalham os herdeiros e continuadores de Petitot, Philippon, Pègues, Hugon, Tonquédec, Pesch, Remer, Grell, Gemelli, Sentroul, De Hovre, Matussi. Ou no plano dos árduos estudos políticos-sociais, Renard, Deploige, Delos, o solidarismo de Pesch. Conceptualistas e analogistas, textualistas e progressistas, todos construíram esta imensa bibliografia tomista, que nos oferece uma perspectiva de limpidez, luminosidade.

Nos Estados Unidos, fundou-se em 1924 a ainda hoje existente revista *The New Scholasticism*, que publicou seu número de inverno de 1972 inteiramente consagrado a Jacques Maritain pelo seu nonagésimo aniversário, inclusive um artigo sobre a influência de Maritain na América Latina, de Tristão de Atafde, que sobre o tema já escrevera artigo em 1946 na *Revue Thomiste*.

Maritain foi por vinte anos consecutivos professor de filosofia tomista no Instituto Católico de Paris. Depois, lecionou por doze anos na Universidade de Princeton. Para recolher-se por fim aos Irmãosinhos de Foucauld, em Toulouse, onde viveu dez anos como professor de filosofia e hóspede, até entrar para o noviciado e professor aos oitenta e oito anos de idade.

Foi Maritain, sem dúvida, o grande intérprete de Santo Tomás no

século XX. Nicolai Berdiaev, Peter Wust e Maritain conversam em Paris, há pouco mais de trinta anos, sobre o futuro da civilização. Ou sobre o duplo movimento da História, de ascensão e declínio. E Maritain concluiu que Santo Tomás há de ser o mestre na reconstrução de uma cultura cristã. Já Leibniz chorava sobre a perdida unidade da cultura católica (*Le Docteur Angélique*, de Maritain).

Diante do otimismo cartesiano e do pessimismo desesperado nietzschiano, o tomismo tem ainda uma serena palavra objetiva a dizer ao mundo contemporâneo. Que palavra? A da primazia do amor. Santo Tomás afirma revolucionariamente autonomia do pensamento filosófico, a origem sensível do conhecimento intelectual e a primazia da inteligência. São essas a meu ver as teses que mais o caracterizam, como contribuição filosófica perene.

Sim, foi o maior conhecedor de Aristóteles na idade Média. Mas a sua missão cultural própria não se limitou a comentar o texto aristotélico. Construiu um sistema, uma doutrina, uma síntese, que transfigurava Aristóteles. Contra o fideísmo, lutou pela independência da filosofia, com seu domínio, princípios, métodos. E foi de extremo realismo na sua teoria do conhecimento. A ideogenia tomista afirma o princípio de que todas as idéias possuem a sua origem nos sentidos. Realista, sim, a superar o abismo que separava o eu do não-eu. A tese tomista da primazia da inteligência, distinta da averroísta, se opõe a Duns Escoto e a toda a noética augustiniana da escola franciscana, profundamente platônica. A dependência entre a sensação e o conhecimento é afirmada por Tomás, de modo insistente.

Muitos escreveram sobre Tomás: Maritain, Sertillanges, Petitot, Grabmann, Gilson, Chenu, Mandonnet, Leonel Franca, mas nenhum escreveu com mais beleza e graça do que Chesterton, que lhe dedicou um delicioso e fino ensaio interpretativo. Chesterton chama a Tomás um antropólogo. E o considera um grande realista. Dúvida não haja.

Em *A Ordem*, junho de 1974, Tristão de Atafde escreve belo artigo sobre os princípios sociais tomistas. Partindo do estudo de Linhardt, Alceu Amoroso Lima vê na doutrina tomista dez princípios de ordem social que assim ele sistematiza: o de estruturação sociológica, ou anti-individualista, o de humanismo econômico, o da função social da propriedade, o de distribuição, o do primado da inteligência, contra o voluntarismo de Duns Escoto, o de dinamismo social, o de superação dos extremos, o de mobilidade, o de historicidade e o de redução das antinomias.

Dez princípios que, no plano social, sintetizam a ética tomista bebida por Santo Tomás nos escritos do místico Ricardo de São Vitor. Santo Tomás é por excelência o doutor da analogia. Não há nele nenhum univocismo. Podíamos chamá-lo também o doutor da pluralidade. Seria simultaneamente o doutor da unidade e o doutor da pluralidade. Quer dizer, o gênio da síntese.

As Maravilhosas Histórias do Vasco

É a história que explica o fato de o Vasco ter mais torcida do que qualquer outro clube na chamada classe C, a classe do povo. É a história que explica uma estatística do Maracanã: o Vasco é o clube que mais leva torcedores para a geral.



por
Sergio Cabral

Se você tem alguma coisa na cabeça, leitor, seu clube de coração tem que ser, forçosamente, o Vasco da Gama. É o mais brasileiro dos nossos clubes de futebol e o mais identificado com o nosso povo.

Para que você acredite em mim vou falar um pouco da história do futebol.

No início, futebol era um esporte de grã-finos e de estrangeiros. Atendem para os nomes dos jogadores do princípio do século e verifiquem que pertencem a famílias importantes ou são ingleses. Daí a razão pela qual o escritor Lima Barreto, um intelectual preocupadíssimo com as coisas do nosso povo, detestava o futebol. Era inclusive presidente de uma entidade chamada (se não me engano) Liga Contra o Futebol. Afinal, sendo um mulato não poderia gostar de um esporte que não admitia a presença de negros.

Ele morreu em 1922 e não soube infelizmente da revolução que o Vasco promoveu no futebol brasileiro no ano seguinte. O meu clube surgiu naquele ano com uma equipe cheia de jogadores negros. E com aquela equipe conquistou o título de campeão carioca. Foi uma loucura. Todos os demais clubes — Flamengo, Fluminense, Botafogo, etc. — reuniram-se para expulsar o Vasco da Liga de Futebol sob o pretexto de que utilizou crioulos no seu time. Mas o Vasco reagiu com bravura, promovendo inclusive comícios na Avenida Rio Branco contra o racismo no futebol.

Ninguém pode escrever a história do esporte brasileiro sem mencionar esse fato: foi o Vasco que acabou com o racismo no futebol e que os demais clubes eram todos racistas. Inclusive o Flamengo, um clube populista do velho estilo Ademar de Barros.

É a história que explica o fato de o Vasco ter mais torcida do que qualquer outro clube na chamada classe C, a classe do povo. É a história que explica uma estatística do Maracanã: o Vasco é o clube que mais leva torcedores para a geral.

Mas se você tem dúvida sobre a estatística do Maracanã ou sobre as pesquisas de opinião pública, há ainda uma outra oportunidade para comprovar a popularidade do Vasco: o carnaval. Isso mesmo. Nos dias de carnaval, pegue o seu automóvel e percorra os bailes promovidos pelos clubes de futebol.

Você verá em São Januário uma festa realmente popular, com a participação de mais de dez mil pessoas de Irajá, Vaz Lobo, da Zona da Leopoldina, enquanto nos demais só dá classe média pra cima.

Confesso que sou vascaíno por intuição. Mas mudaria para o Vasco se depois de grande conhecesse a sua história maravilhosa. Se sou um cara que tem como principal preocupação a compreensão do povo brasileiro, como poderia torcer para outro clu-

be? Que fiquem os demais para as pessoas que torciam pela UDN antigamente.

Quem não era udenista tem que ser vascaíno agora.

É verdade que o nosso Vasco tem as suas ligações portuguesas. Mas com um Portugal que forjou a nacionalidade brasileira e não com o Portugal de Salazar. Com um Portugal do General Spínola e de um primeiro-ministro que tem o mesmo nome do clube. Você não gosta de Portugal como está agora? Pois é o Portugal do Vasco.

E quantas alegrias você sente se for vascaíno. Agora, por exemplo, você seria campeão do Brasil. Que tal, não é um belo título? Mas teria outros: campeão dos campeonatos das Américas; o clube que conquistou maior número de campeonatos cariocas sem perder pra ninguém; o único clube brasileiro detentor da Taça Teresa Herrera, conquistada na Europa, num torneio que contou com a participação das melhores equipes do mundo, entre as quais a do poderoso Real Madri. Puxa vida, que outro clube brasileiro daria tantos

títulos importantes aos seus torcedores? Nenhum, só o Vasco.

Se você fosse torcedor do Vasco, estaria ao lado não só do nosso povo da classe C como também junto das melhores expressões de nossa cultura, popular ou de elite.

Por exemplo: qual é o melhor poeta brasileiro de todos os tempos? Carlos Drummond de Andrade, não é mesmo? Pois ele é vascaíno.

Qual o melhor escritor brasileiro do momento? José Rubem Fonseca, tem alguma dúvida? Pois ele é vascaíno.

Como o meu assunto predileto é música popular, vamos a ele. O Antônio Carlos Jobim é vascaíno, sabia? Na área do samba é até covardia. São vascaínos: Nelson Cavaquinho, Paulinho da Viola, Clementina de Jesus, Ismael Silva, Zé Kéti, Jameião, Araci de Almeida, Martinho da Vila (autor do Calango Vascaíno que sairá em seu próximo elepê), etc. e tal.

Mas o Edu Lobo, o Gutemberg Guarabira, o Francis Hime, toda a turma dos Novos Baianos, a metade do MPB-4, o Luiz Gonzaga Junior são todos vascaínos. Es-

tá certo, você não gosta de nenhum dos nomes citados, prefere o iê-iê-iê. Pois o Roberto Carlos e o Erasmo Carlos são vascaínos.

É isso aí: na classe C, ganhamos pela quantidade. Na área da criação artística e literária, vencemos pela qualidade.

Esmagado pela propaganda da Classe A, você deve estar surpreso com as minhas informações sobre a popularidade do Vasco. Tudo isso você acreditava que se passasse, na verdade, com o Flamengo. Não acredite mais na propaganda, leitor. É verdade que o Vasco perde para o Flamengo se fizermos um levantamento dos clubes da preferência dos homens importantes do Brasil. Por exemplo: o Presidente Costa e Silva era torcedor do Flamengo, assim como Garrastazu Médici e Carlos Lacerda também são. Em matéria de presidente, o Vasco contou apenas com Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart.

De agora em diante, se você quiser conhecer o Vasco melhor, compareça ao Maracanã e fique junto da nossa torcida. Não acredite no que dizem os jornais e as estações de rádio e televisão.

Os comentaristas são torcedores como outro qualquer, mas não podem revelar de público para não perderem o emprego. Eles odeiam o Vasco. Eles desvalorizam os nossos jogadores e o resultado vocês estão vendo agora: do time campeão brasileiro não saiu nenhum jogador para a seleção brasileira. Como poderíamos ser campeões do mundo se não estava na Alemanha nenhum jogador do melhor time do Brasil? Compareça ao Maracanã e contemple o futebol dos nossos craques, os craques de um time do povo brasileiro.

SEBASTIÃO NERY

Um amor por duas vacas

Antonio Guilherme de Jesus amava Lindaura da Silva, morena bonita com quem se casou e que virou Lindaura de Jesus.

Depois, a fome entrou pela porta e o amor saiu pela janela. Antonio Guilherme de Jesus já não via a carne quente de sua Lindaura bonita. Queria era ir para São Paulo tentar a sorte, arranjar emprego, ganhar a vida, que amor não enche barriga.

Não tinha dinheiro da passagem, encontrou Pedro Jesuino de Souza, amigo e vizinho, pediu 500 contos emprestados. Pagaria seis meses depois, quando voltasse de São Paulo para ver sua Lindaura bonita.

Emprestar, Pedro Jesuino não emprestava, não tinha o dinheiro. Mas fazia uma proposta. Antonio Guilherme de Jesus lhe dava a sua Lindaura bonita e ele, Pedro Jesuino, daria duas vacas e dez cabras. Vendendo as vacas e as cabras, Antonio viajaria folgado para São Paulo.

Antonio Guilherme de Jesus correu em casa, falou com Lindaura de Jesus, Lindaura topou. Pedro Jesuino trouxe as duas vacas e as dez cabras, Antonio entregou Lindaura bonita, que já não era mais dele nem de Jesus. Era de Pedro.

Antonio pegou o ônibus, foi para São

Paulo. Pedro foi dormir nos braços de Lindaura.

A história é essa. Foi assim, exatamente assim, que os jornais contaram a história de Antonio, Lindaura e Pedro. Os romances estão cheios de histórias dessas, eu sei. Se não houvesse o triângulo amoroso, não haveria ficção, nem romance, nem novela de Tv. Jannete Clair perdia o emprego e a Bíblia era uma xaropada sem sal.

Mas aqui há um dado novo: duas vacas e dez cabras por um amor é baixar demais o câmbio da fome. Afinal, Lindaura não era um traste qualquer. Era uma morena bonita de carne quente.

A história me tocou fundo porque conheço aquela gente. Antonio, Pedro e Lindaura, dizem os jornais, moram em Jaguaquara, na Bahia. Jaguaquara é uma cidade pequena, fria, alta, perdida entre montanhas. E muito linda. Foi nela que eu nasci.

Quando insisto, há dez anos, que a situação no interior do país é cada dia pior, pode parecer que é mania de oposição ao nosso indômito, indomado e indormido governo. Estão vendo que não é. A coisa está cada dia mais feia para minha gente.

Até a Jaguaquara já chegou o triângulo da miséria. Trocando um amor por duas vacas.

A coincidência reclassificada

O Brasil é o país das coincidências. Desde Pedro Álvares Cabral, descobrindo-nos "por força dos ventos nas velas".

A ARENA mandou fazer uma pesquisa nos cinco Estados de maior contingente eleitoral: São Paulo, Minas, Guanabara, Rio Grande do Sul e Bahia. Em todos eles os resultados da prévia mostraram um sensível crescimento das possibilidades da oposição. Nos cinco o

MDB vai crescer e em três será vitorioso.

O plano de reclassificação de cargos do funcionalismo público (que é a mais atuante parcela do eleitoado dos cinco Estados), que estava arquivado há anos, ressuscitou milagrosamente. E vai vigorar a partir do dia 1º de novembro.

As eleições serão realizadas no dia 15 de novembro.

Pura coincidência.

Light para nós, Petrobrás para eles

Em 1975 serão travadas duas grandes batalhas no Brasil: 1. - Primeira batalha: a institucionalização do atual processo político brasileiro, para ver se afinal reconquistamos o estado de direito. Isto, o Presidente Geisel quer e o povo brasileiro quer. 2. - Segunda batalha: a quebra do monopólio estatal do petróleo, permitindo às empresas estrangeiras participarem da explora-

ção, na base de 75% nos primeiros cinco anos, 50% nos outros cinco anos e 25% daí em diante.

Em compensação (para o grande público, porque é exatamente isso que ela deseja), a Light seria encampada pela Eletrobrás.

Isto, eu não sei se o Presidente Geisel quer e tenho a impressão de que o povo brasileiro não quer.

O Mobral de todos nós

1 - "Certamente não há, hoje, poder igual ao vosso, mas há um que não temdes: o de não ser justo".

(Berryer, advogado francês que defendeu Chateaubriand em 1832. 140 anos atrás).

(Sèze, defensor de Luís XVI na Revolução Francesa. 200 anos atrás).

3 - "Lembra-vos sempre de que não existe felicidade sem liberdade e de que o fundamento da liberdade é a coragem".

2 - "Eu trago à convenção a verdade e minha cabeça. Ela poderá dispor de uma, mas só depois de haver a outra".

(Péricles, no Discurso aos Atenenses. 2 mil anos atrás).

Interventor ou Governador ?

O velho Ortega y Gasset dizia que a maior crise do mundo moderno é a crise semântica: as palavras perderam o sentido. Na escola primária, ensinamos que, quando o dirigente de um Estado é eleito, chama-se governador. Quando é nomeado, chama-se interventor. Agora, vem o ilustre professor Célio Borja e escre-

ve artigos para dizer que o novo Estado do Rio de Janeiro, nascido da fusão, será comandado por um governador e não por um interventor.

Por que?

Ele não explica. Apenas diz. Quem pode, pode. Até mesmo mudar o sentido eterno das palavras. Também a semântica está fundada.

As chagas de Chagas e a grana de Gama



Quem estiver pensando que a campanha eleitoral da Guanabara, este ano, para as eleições parlamentares de 15 de novembro, vai ser um esgrimir de floretes entre os brancos cabelos brilhantados do Ministro Gama Filho e os lânguidos olhos sonolentos do Senador Danton Jobim, está muito enganado.

De parte a parte estão sendo montados arsenais de denúncias para a guerra na Tv e nos jornais. A ARENA, comandada por Gama e Negrão, vai mostrar as chagas do governo Chagas Freitas. E o MDB, comandado por Chagas e Danton, vai dizer que Gama Filho não passa de um mercador do ensino, cuja Universidade é o supermercado da Piedade, cujos preços são os mais altos do ensino em todo o País, e que está servindo de canal para os salazaristas escoarem o dinheiro de Portugal para cá.

E Chagas deu gargalhadinhas, esta semana, quando lhe trouxeram o plano da campanha do MDB para derrotar o candidato Grana Filho. Chagas achou genial o Grana Filho.

Depois eu divulgo o plano todo. Vem chumbo grosso aí.

Processo Delgado põe em julgamento o salazarismo

Delgado foi o primeiro militar a lutar abertamente contra o regime de Salazar. Derrotado nas urnas, exilou-se no Brasil, de onde partiu para organizar uma resistência que absorveu os últimos sete anos de sua vida. Em 65, foi assassinado na Espanha, com sua secretária Arajari.

No dia 13 de fevereiro de 1965, dois carros cruzaram a fronteira luso-espanhola, transportando vários agentes da PIDE. Sob a chefia do inspetor Tavares, destacado em Angola, os policiais dirigiram-se para a quinta de Los Alamines, em Olivenza, na Espanha, onde assassinaram, a coronhadas, o General Humberto da Silva Delgado e sua secretária brasileira, Arajari Campos.

Dois meses depois, sob um monte de pedras, foram descobertos os cadáveres decompostos do líder da oposição ao regime salazarista e de sua secretária. Foi instaurado, então, um processo que, por interferência do Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, António de Oliveira Salazar, jamais teve continuidade. As autoridades portuguesas cuidaram, também, para que não tivessem prosseguimento as investigações realizadas pelas famílias das vítimas e por organismos internacionais.

Nove anos depois, com a queda do poder da Junta

Militar Revolucionária chefiada pelo General António de Spínola, o processo foi reaberto e a nova chefia do Governo promete a punição pelo crime que tirou a vida a um dos mais conhecidos políticos portugueses da últimas décadas.

Os últimos sete anos de sua vida, o general Humberto Delgado dedicou incansavelmente à conspiração contra o regime salazarista que prometeu, a si mesmo e a seus correligionários, derrubar e instaurar um governo mais justo em Portugal.

A ex-embaixatriz do Brasil em Portugal, na ocasião em que o General Delgado pediu asilo ao governo brasileiro, D. Heloísa Alvaro Lins, disse que "o general representou a primeira tomada de posição aberta, o primeiro confronto com o regime no âmbito dos oficiais superiores das forças armadas portuguesas, a semente que iria germinar o descontentamento entre o oficialato luso e que acabou por desabrochar na revolução dos cravos. O

General Delgado foi também um dos primeiros portugueses a tomar posição contra a opressão colonial, antes mesmo de ter-se iniciado as guerras nas colônias".

Para outros, ele não passava de um homem extremamente autoritário, temperamental, ávido de publicidade, personalista, exibicionista e cuja atuação prejudicava as forças políticas de todos os matizes que lutavam em Portugal contra o regime do ditador António de Oliveira Salazar.

EVOLUÇÃO POLÍTICA

Homem que pertencia ao «establishment» português e partidário de Salazar quando de sua ascensão ao poder, em 1926, Humberto Delgado era tido por muitos como elemento da ultradireita em seu país, por seus fortes vínculos com a Legião Portuguesa (grupo paramilitar ultradireitista). Os seus repetidos contatos com os oficiais ingleses, durante a Segunda Guerra Mundial, — por ocasião das conversações com os representantes do governo britânico sobre a concessão de bases nos Açores à Inglaterra — e a sua estada, relativamente longa no Canadá, como primeiro representante de Portugal no Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (1947-1950) e nos Estados Unidos, para onde foi nomeado Adido Militar da embaixada portuguesa em Washington e, posteriormente, chefe da Missão Militar de

Portugal junto à OTAN, serviram para alertá-lo sobre o atraso econômico e social do seu país. Através de um longo processo de comparação entre as realidades destes diversos países que visitou e a de Portugal começou a constatar o grande hiato político, econômico e social que distanciava seu país dos demais.

ELEIÇÕES

Ao regressar, começou a entrar em contato com os círculos liberais que, nesta época, atuavam em Portugal. Com a aproximação das eleições presidenciais de 1958, Delgado ativou sua participação política acabando por ter seu nome indicado pelo Capitão Galvão às forças oposicionistas, sendo aprovado pelo «Pacto de Cacilhas», como candidato único da oposição. Sua plataforma eleitoral, bastante simples, prometia entre outras coisas derrubar a «velha bailarina», caso fosse eleito. Mas não teve a menor chance. Centenas de seus cabos eleitorais foram presos e nenhum dos seus correligionários pôde presenciar a contagem dos votos. O fato de ter recebido, oficialmente, 25% dos votos foi considerado uma vitória fantástica. Em declarações públicas posteriores disse, na realidade, recebido 70% dos votos.

Reportando-se a esta época a embaixatriz Alvaro Lins lembra que "a atividade repressiva do regime salazarista era tão grande que

RUMO AO BRASIL

Depois de ter permanecido 98 dias na embaixada do Brasil esperando pelo salvo-conduto, o Governo português finalmente permitiu que o General abandonasse Portugal, onde ficaram sua mulher e três filhos, um dos quais oficial do exército português. No Brasil, conta D. Heloísa, encontrou-se com o Capitão Galvão e logo começaram a "acertar os seus pontos no sentido de obter a liberdade política para o seu país. A conspiração dos dois oficiais portugueses materializou-se no seqüestro do transatlântico de luxo português Santa Maria, em 1961, que manteve a atenção do mundo voltada para problemática portuguesa durante 10 dias. Embora não tivesse conseguido alcançar o seu objetivo principal (chegar a Angola e tentar sublevar as guarnições aí sediadas), o affair Santa Maria teve o mérito de ser a primeira tentativa real de assestar um golpe na ditadura portuguesa.

Foi após o seqüestro do Santa Maria que o General

Com Arajari, a secretária brasileira.

Com Alvaro Lins, partindo para o exílio.



chegava-se mesmo a proibir a formação de filas de ônibus com mais de sete passageiros. As pessoas tinham até mesmo medo de comentar qualquer coisa relacionada com política dentro de suas famílias, pois sempre existia a possibilidade de que um dos membros fosse informante da PIDE."

"Após as eleições — prossegue —, um grupo de intelectuais liberais do qual participavam Jaime Cortesão, Antônio Sérgio, Vieira de Almeida, Azevedo Gomes e outros, que havia apoiado a candidatura do General Delgado, convidou o Ministro do Trabalho da Inglaterra, Aneurin Bevan, com o apoio do general, a visitar Portugal e constatar com seus próprios olhos as condições de vida do trabalhador português. Salazar decretou a prisão do grupo do general. Foi então que o General Delgado pediu asilo ao Governo brasileiro".

10 da PIDE mataram o general da Oposição

Paulo Amparo

cou óculos. Além disso, fazia-se passar por coxo. Colocou dentro do sapato um estilete de aço que, à medida que feria seu pé direito, causando-lhe dores, lembrava-lhe sua condição de aleijado. Partiu em fins de dezembro, com destino a Beja, em companhia de Arajari, que se fazia passar por sua sobrinha e levava o uniforme de general do seu líder costurado no forro do seu casaco. Uma vez dentro das guarnições pretendia vesti-lo e sob suas medalhas proclamar-se libertador de Portugal.

As forças sublevadas desferiram o seu golpe ao amanhecer do dia combinado. O general Delgado, ao chegar ao local algumas horas depois, já encontraria a situação dominada pelas forças leais ao regime. Escapou, juntamente com sua secretária, graças à perfeição do seu disfarce. Voltou, então, ao Brasil onde passou os dois anos seguintes tentando obter apoio para a sua causa.

No início do ano de 1964 participou, em Praga, de conferência secreta dos grupos de oposição portugueses. Foi eleito nesta oportunidade presidente da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Em Praga, conheceu, Ahmed Benn Bella, que regressava de uma visita a Moscou e que o convidou, então, a estabelecer residência em Argel.

Como presidente da Frente Patriótica, no entanto, Delgado foi incapaz de tra-

balhar dentro dos limites da estrutura de liderança do grupo. Não estava afeito a esse tipo de atuação, ou melhor, não estava habituado a obedecer, a ter suas sugestões debatidas pela direção. Estava acostumado a mandar, a ver suas ordens serem obedecidas, como oficial de boa cepa que era. Cedo incompatibilizou-se com a Frente Patriótica, sendo, posteriormente, afastado.

Continuou, no entanto, a conspirar. Começou a planejar outro motim como o de Beja, contando agora com maior experiência. Desta vez não falharia.

BADAJÓZ: TRAIÇÃO

Delgado tinha representantes seus em algumas capitais europeias. Em Roma, Mário de Carvalho, que as forças oposicionistas qualificam de "elemento a serviço da PIDE", considerado como o principal idealizador, juntamente com Ernesto Castro e Souza, um membro da conspiração que vivia em Portugal, da cilada que culminou com a morte do general na quinta de Los Alamines, próxima da cidade de Badajoz.

Esta reunião em Badajoz foi decidida na «Conferência de 27 de dezembro», em Paris. Lá fixou-se a data e o local do encontro de Badajoz, que deveria ultimar os preparativos para a futura revolta. Estiveram presentes, além do general, Mário de Carvalho, Castro e Souza, Emílio Guerreiro (representante do general em Paris) e o médico italiano Ernesto Maria Bisogno (identificado mais tarde como o milionário que iria financiar a causa).

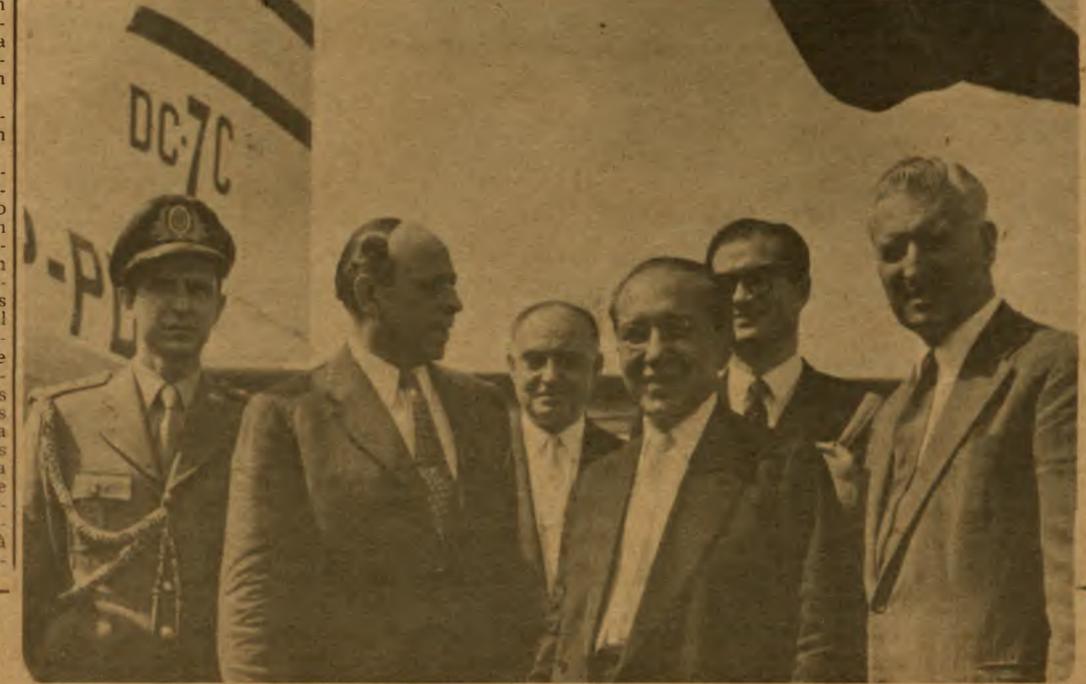
Casimiro Monteiro, o agente que baleou o General e sua secretária, é um dos três culpados foragidos da Revolução de 25 de abril. A reabertura do processo Delgado vai revelar ao mundo a violência, arbitrariedade e poder de uma das mais implacáveis polícias políticas de que se tem notícia.

Segundo carta posterior de Carvalho a Delgado deviam comparecer ao encontro um oficial que servia em Angola, dois membros da resistência portuguesa e mais três outros cidadãos portugueses. O próprio Carvalho não compareceu à reunião de Badajoz, — tampouco o fez Castro e Souza —, alegando que uma tempestade de neve o havia impossibilitado de deixar Roma. Investigações realizadas posteriormente pela oposição portuguesa evidenciaram que "o oficial que servia em Angola já estava morto há algum tempo; os dois membros da resistência afirmaram jamais ter tomado conhecimento do encontro de Badajoz. Os outros três cidadãos portugueses, totalmente desconhecidos das forças oposicionistas, eram os agentes Agostinho Tienza, Antonio Rosa Casaca e Casimiro Monteiro. Má-

rio de Carvalho negou que tivesse participado de alguma trama em conluio com a PIDE. Quanto a Castro e Souza, tratava-se realmente do agente da PIDE Ernesto Lopes Ramos, que entrou em contato com o general Delgado em Paris, fazendo-se passar por um militar antifascista. Casimiro Monteiro, que baleou o líder oposicionista, é um dos três culpados que conseguiram fugir de Portugal da Revolução de 25 de abril.

O processo contra os assassinos do general Delgado — 10 agentes da PIDE, dos quais sete estão detidos em Portugal — deu entrada no Tribunal Militar, a 31 de julho passado. Mas por motivo das férias do Judiciário, somente em outubro entrará na fase ativa.

Segundo o advogado contratado pela família Delgado, Abranches Ferrão, o processo deverá ser demorado porque haverá muitas provas. — "É que, no fundo, será o julgamento de um sistema, de uma polícia, de uma política."



Maria Bethânia

Estrela? Não, cantora

Na «Cena Muda», uma cantora à margem qualquer movimento de vanguarda, se identifica com as coisas que lhe tocam o coração como Billie Halliday, que só cantava o que sentia no momento. Uma cantora especial, que canta frevos, boleros, sambas, baiões e pontos de candomblé. E se divide entre compositores antigos e novos, como os Gonzagas, pai e filho, que acha "fantásticos".

Bolas de papel colorido, folhas com desenhos surrealistas de Flávio Império, colistas de Flávio Império, cobrindo teto e paredes, marinho, tudo isso arrumado com carinho, num espaço reduzido, que mais lembra um quarto de empregada em apartamento moderno. Um espelho retangular, grande, cercado de luzinhas pequenas. Uma mesa de caixote, um vaso com rosas amarelas, duas garrafas de Black and White, copos, mértiolate incolor, batons, blush, máscara para olhos, anéis de ouro e pedras coloridas enfileirados e um retrato 9 x 12 de Menininha de Gantois, sorrindo, numa moldura prateada. É o camarim da estrela. Maria Bethânia conversa, de frente para o espelho, enquanto se prepara para o show *A Cena Muda*, dirigido por Fauzi Arap, em cartaz desde julho passado, no Teatro Casa Grande, no Rio. Um show diferente dos anteriores, sem nenhum texto.

"Há momentos em que a gente não precisa falar. Se eu dissesse algum texto nesse show seria mais por hábito que por necessidade. Esse espetáculo é do público. Nele, nosso relacionamento é mais íntimo. É diferente dos anteriores, onde dizia muitas coisas para mim mesma. Agora estou tentando chegar mais ao público, estabelecer com ele uma relação de amor."

Robe de malha amarelo canário, chinelo de cetim rosa shoking, com plumas e brilho nos saltos, cabolos enrolados em cachos pequenos. Prepara lentamente a maquiagem. O rosto pequeno, aos poucos vai aumentando: escurece os olhos com sombra preta e com auxílio de um escovinha passa rímel nos



cílios; no rosto, em vez de rouge, um baton para dar destaque às maçãs, queixo e elevar a ponta do nariz. Pinta os lábios com pincel. E fica muito bonita.

— Este é o show mais tenso de todos os que já fiz e, talvez, o mais maduro. Nele, canto apenas as músicas que têm alguma identificação comigo e, através delas, transmito tudo o que sinto. Percebo, em alguns momentos, que consigo estabelecer um entendimento com a plateia que me dá a sensação de ser um prolongamento do palco. Entende? É como se eu estivesse no meio dela, cantando sem nenhum limite, numa cena realmente muda, onde as pessoas se entendem pelos sentimentos.

As músicas de *A Cena Muda* são de Caetano Veloso, Paulinho da Viola, Gilberto Gil, Luiz Gonzaga Jr., João de Barro, Johnny Alf e Sueli Costa, a quem Bethânia cha-

ma carinhosamente de "dona Sueli Costa". Canta com uma calça de lamê e collant de «lurex» dourados. Quase no final, quando lembra o cinema mudo, veste um longo de crepe branco, mas, a seguir, torna a vestir a roupa anterior. Aponta para o armário improvisado no canto do camarim:

"Uso uma única roupa para todo o espetáculo, porque este show é mais intimista e eu não represento, como fazia nos anteriores. É uma conversa minha com o público. Na hora em que falo do cinema, das bonecas do ecran, então eu uso esse vestido branco, languido, que você está vendo, aí. É para criar mais um clima e assumir um pouco o glamor das divas de época de ouro do cinema (a voz fica quente, fala como se estivesse apresentando), que faz muito tempo acabou.

O repertório, inteiramente novo, foi escolhido a seu

gosto. Se diz uma cantora à margem de qualquer vanguarda, que se identifica com músicas que lhe tocam o coração, como Billie e Holliday, que cantava o que sentia no momento. E se divide entre antigos e novos, como os Gonzaga, pai e filho, que acha "fantásticos".

Já fez muitos shows em teatro. Quase 10 anos de carreira (começou em 1965, substituindo Nara Leão no show *Opinião*, ao lado de Zé Ketí e João do Vale), é de um profissionalismo incomum. Talvez seja, no Brasil a única cantora, que não faz temporadas exparsas em boites, circuitos universitários, clubes. Desde 1971, quando fez *Rosa dos Ventos*, programa seus shows para 2 anos. A temporada anual dura 9 meses, quando se apresenta nos Estados. Os três meses que sobram ela passa de pernas pro ar, entre o Rio e Salvador, "por que ninguém é de

Antonieta Santos

ferro. Tenho trabalhado feito uma escrava. Mas um dia vou parar, para passar o tempo todo brincando, sem pensar em trabalho." Aponta para cima, na direção de sua cabeça, onde estão algumas bolas de papel coloridas. "O que eu gosto mais na vida é de brincar, correr na praia, jogar.

— Jogar o que?

— Voleibol. Quando cheguei ao Rio, em 65, cantando *Carcará*, inventaram muitas coisas a meu respeito. Uma delas, que virou folclore, dizia que eu gostava de jogar futebol. Mas tudo não passava de mentira.

Fauzi Arap, diretor dos shows de Bethânia desde 1971, diz dela coisas incríveis e todas de se acreditar: "É uma cantora que é uma tremenda atriz. O seu talento dramático é qualquer coisa fora do comum. Mesmo sem dizer qualquer texto ela consegue fazer de seu show um espetáculo de grande intensidade dramática." Mas isso não é o suficiente para fazê-la acreditar que chegou a hora de representar um texto teatral.

— Tenho muita vontade de fazer um espetáculo teatral, mas acho que ainda não chegou a hora. Preciso amadurecer mais. O Fauzi vive me tentando, mas eu ainda não estou preparada para isso."

A maquiagem está pronta. Vai chegando gente ao camarim. Agora é a vez das mãos. Vai colocando, um a um, os anéis nos dedos finos, de unhas bem cuidadas. Fala de seu relacionamento com o diretor.

— O Fauzi é um amigo de muitos anos, uma pessoa de muita sensibilidade. Um grande ator e um dos diretores que mais respeito. Uma das pessoas mais inteligentes que conheço. Me ensina, me orienta, me manda fazer as coisas, tem me ajudado muito a melhorar, porque me dá liberdade de escolher aquilo que quero fazer. Sabe que dirige uma cantora."

Um barulho imenso, faz tremer o teto. O ar refrigerado foi ligado. Ela ri. Diz que é um aditivo para os nervos antes de entrar em cena.

— Qual, então, a última pergunta que se deve fazer a uma estrela?

— A uma estrela de verdade se pergunta a sorte."

— Estrela que tem a proteção de Menininha de Gantois, já deve ter muita sorte, não acha?

— Mas eu falei uma estrela, não uma cantora.

As Mudanças do Imposto de Renda

O sistema de recolhimento do Imposto de Renda foi sofisticado e recebeu um nome vago: «Bases Correntes». Isso pode ser traduzido por pagamento antecipado. Quer dizer o seguinte: você fará uma previsão do que vai ganhar no correr do ano e deduzirá o percentual sobre o qual o imposto incide. Mas, se de repente pintar uma Loteria Esportiva e sua renda dobrar, você vira sonegador. E terá que se haver com a lei.

O que são Bases Correntes, terminologia que apareceu há pouco no economês a que o país está se acostumando e engolindo, de dez anos para cá? Para os menos avisados ou ignorantes das coisas que acontecem no Planalto, Bases Correntes trata-se, nada mais nada menos, que o pagamento antecipado do seu Imposto de Renda. Melhor explicando, o Governo quer receber o seu quinhão nos lucros auferidos de seu trabalho, juntamente com você.

Adilson Gomes de Oliveira, Secretário da Receita Federal, o homem responsável pelo recolhimento do Imposto de Renda e que está apressando os estudos da implantação do novo sistema, vê na medida justiça social, e argumenta, simploriamente, que "com isso, será superada a primeira injustiça entre os assalariados e os contribuintes das chamadas profissões liberais (médicos, advogados, engenheiros e outros)". E para reforçar sua tese, acrescenta um exemplo, para ele elucidativo: "os assalariados, em geral, não chegam a ver a cor do dinheiro que pagam ao governo: são os contribuintes da cédula C, e já recebem os ordenados com o desconto do imposto de renda. A injustiça reside no fato de que os profissionais liberais - isto é, os contribuintes que não estão enquadrados na cédula C - não são descontados na fonte e só começam a pagar o imposto um ano e meio depois de receberem seus rendimentos. Com isso, o que é imposto a recolher fica em poder do contribuinte por quase dois anos, que assim utiliza esses recursos em seu benefício. E mais: ganha também com a desvalorização da moeda."

IMAGINAÇÃO FÉRTIL

Mas se o problema fosse apenas esse, do prazer do assalariado "ver a cor" do dinheiro que paga ao Governo, seria até um prazer patológico, uma espécie de mas-turbação que em nada apraz. Um prazer efêmero e etéreo, que dependeria do maior ou menor grau de imaginação e patriotismo do contribuinte,

que se sente realizado ou satisfeito em "ver a cor" do dinheiro que paga ao governo. Quando não um prazer mórbido.

Entretanto, o problema não se resume à explicação simplista e enganosa de Adilson Gomes de Oliveira. Ele tem mais profundidade, implicações de ordem econômica e até jurídica, conforme afirma Geraldo de La Rocque, ex-subsecretário para Assuntos Legislativos da Secretaria Geral do Ministério da Fazenda e atual candidato à Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro, pela Arena.

Para este técnico, que passou 30 anos redigindo e manuseando documentos tributários, a introdução do Sistema de Bases Correntes para o pagamento do Imposto de Renda requer uma série de medidas que têm que ser observadas, sob o risco da providência se tornar negativa, sobretudo porque, dado ao temor fiscal de um tumulto na arrecadação, pretende-se implantar um sistema por partes através de um escalonamento tendo em vista o montante dos rendimentos percebidos anualmente.

Ele recomenda uma série de medidas, que parece não estar sendo levada em consideração, para que se possa praticar efetivamente justiça social quando se pensar em reformulação do sistema arrecadador do imposto de renda. Entre estas medidas estão: a) introdução da tributação mista; b) maior elasticidade na tabela do progressivo, podendo ir até 80/90 por cento; c) reformulação das deduções e abatimentos de modo a adequá-los à realidade; d) aperfeiçoamento do mecanismo fiscal para: 1) receber mais rápido; 2) restituir com eficiência; 3) fiscalizar com assiduidade e rapidez; e e) reciprocidade de tratamento no ajuste anual, com o contribuinte e o fisco sujeitos à correção monetária, ao contrário do que ocorre atualmente, quando apenas o contribuinte está sujeito à correção monetária.

PAGAMENTO À VISTA

Trocando em miúdos as Bases Correntes, o negócio se resume no seguinte: o Governo pretende simplesmente que a cada início do ano o contribuinte faça uma previ-

são do que ganhará durante os 12 meses seguintes. Baseado nestes cálculos, ele recolherá, a cada mês, uma quantia que será o percentual sobre o qual o imposto incide. No fim do ano, ou mais precisamente, em dezembro, ele fará um balanço final de quanto ganhou, quanto pagou e se tem alguma coisa mais a pagar ou se receberá restituição por pagamento em excesso. Até aí nada demais. Tudo correria normalmente se não entrassem os chamados fatores fortuitos, os chamados fatos imprevisíveis que ocorrem na vida de qualquer um. Durante 12 meses muita coisa pode acontecer, como por exemplo ganhar na Loteria Esportiva, ou falir. Como a previsão é feita em janeiro e até dezembro não se pode alterar, para mais ou para menos, o que já foi estipulado, o contribuinte, então, terá que se haver com as penas da Lei.

Os autores do anteprojeto estão intransigentes. Não recuam de seus pontos de vista. Só será tolerada uma margem de erro para menos de 10 por cento. Caso o contribuinte, por exemplo calcu-

le que terá que recolher mensalmente mil cruzeiros e que, a partir de junho, verifique que está ganhando mais e, conseqüentemente, devendo mais ao Imposto de Renda, chegará em dezembro com uma margem de erro superior aos 10 por cento permissíveis, então será enquadrado como sonegador e criminalmente responsabilizado.

Mas o fenômeno pode ocorrer ao inverso. O contribuinte calcula um imposto a pagar e durante o exercício sofre uma quebra nos seus rendimentos decorrente de desemprego ou doença. Como estipulou uma quantia a recolher todo mês, forçosamente, terá que fazê-lo, mesmo sem condições para tal. No fim do exercício, quando da apresentação da declaração de renda definitiva, ele será ressarcido do que pagou em excesso, sem prazo para recebimento e sem juros e correção monetária.

EXEMPLO VEM DOS EUA

Alegam os defensores do sistema de Bases Correntes que a maioria dos países já adota esta sistemática, e, como sempre, os Estados Unidos servem de exemplo de sua funcionalidade. Ocorre que nos Estados Unidos o contribuinte é obrigado a, trimestralmente, fazer uma revisão em suas previsões e poderá corrigi-las, para mais ou para menos, conforme for o caso. Além disso, a máquina burocrática norte-americana é quase que perfeita, o que possibilita o rápido atendimento das reclamações do contribuinte, o que não ocorre no Brasil. Agora mesmo a Secretaria da Receita Federal acaba de publicar decreto estabelecendo a correção de declarações de renda de pessoas jurídicas do exercício de 1971, ano base 1970. Ou seja, pretende-se punir o contribuinte que, por ventura, tenha cometido um engano há 4 anos. Passado tanto tempo ele terá que pagar correção monetária, multa e juros moratórios, o que implica numa sobretaxa de 330 por cento sobre o valor do erro cometido. Há ainda a agravante de ter o declarante persistido no erro nas declarações subseqüentes.

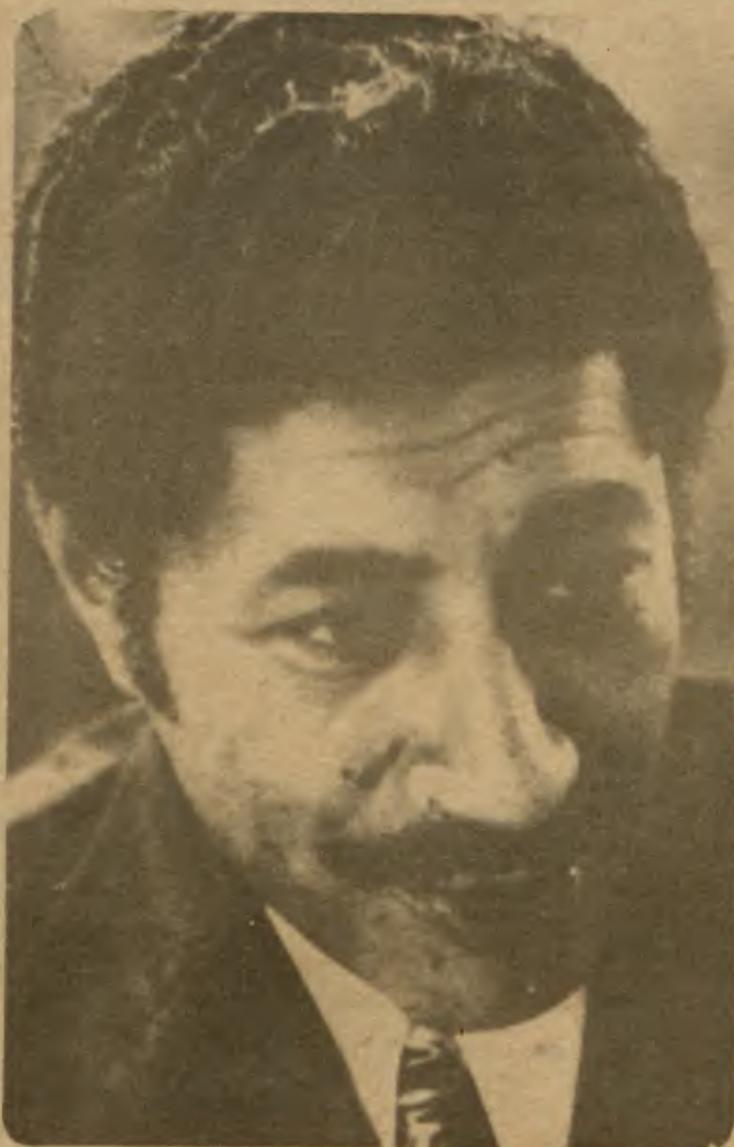


Jorge França

Autênticos querem dinamizar MDB



Ulisses



Colares



F. Pinto

O processo contra o deputado Francisco Pinto serviu para unir o MDB, no momento em que a cisão ameaçava a hegemonia do partido. As eleições de novembro próximo vão possibilitar a aproximação de moderados e autênticos, numa ação conjunta contra a inércia e o comodismo pessedista da cúpula.

O Diretório Nacional do MDB reúne-se até o final deste mês. Com os dirigentes estaduais e candidatos do partido ao Senado a reunião é para acertar detalhes relativos à campanha oposicionista e fazer um balanço das atividades da agremiação minoritária nos últimos meses. O encontro — que vai durar dois dias — foi sugerido pelo deputado gaúcho Alceu Colares, um dos mais dinâmicos integrantes da bancada oposicionista na Câmara.

Colares pretende ver em debate um extenso temário, que inclui desde a prestação de contas dos Órgãos Administrativos do MDB, até a criação de um Instituto de Estudos Políticos Econômico-Financeiro e Social do Governo. Essas questões não estão especificadas na circular que a Secretaria Geral do Partido dirigiu aos presidentes dos Diretórios Regionais, mas acredita-se que por se tratar de uma reunião demorada, algumas delas poderão ser suscitadas, ainda que não venham a ser objetos de deliberação.

Quando Alceu Colares sugeriu, no mês de maio pela primeira vez, a realização de um encontro de objetivos tão amplos, pretendia, traduzindo os sentimentos de expressiva parcela da bancada, forçar a direção do partido a uma maior mobilização além Congresso, iniciando tra-

balho de preparação do eleitorado para receber a mensagem oposicionista. Só através de uma ação coordenada, de âmbito Nacional, o MDB terá, no entender de Alceu Colares e muitos de seus companheiros, condições favoráveis de atrair o interesse do eleitorado.

TESES DA OPOSIÇÃO

Em outras palavras: pretendem cobrar do Presidente Nacional do MDB, Ulisses Guimarães, o cumprimento da promessa que ele fez ao encerrar sua campanha como candidato simbólico à presidência da República: continuar, pelo país, um "movimento cívico" de pregação das teses da oposição.

O encontro, àquela época, teria também, o mérito de dissipar as versões antes divulgadas, mas que, até então, eram aceitas como admissíveis, indicando que havia um entendimento entre a direção do MDB e o Governo, pelo qual o partido assumiria um comportamento contido, ficando na expectativa de alterações no quadro institucional.

Ainda que tais versões tenham sido desmentidas pela direção partidária, os que defendem uma ação mais definida do partido acham que a

atuação do MDB no primeiro semestre deste ano foi uma das mais fracas, tendo a oposição perdido espaço na imprensa e se distanciado ainda mais da opinião pública. Alguns deputados, comprometidos com as divergências internas do partido encontram diferentes explicações para esse arrefecimento: a marginalização dos integrantes do chamado "grupo autêntico", que em 1973 deram a tônica da atuação do MDB; o insatisfatório nível do colégio de líderes à cuja frente se encontra o catarinense Laerte Vieira; a preocupação de cada um com a reeleição; o processo contra o deputado Francisco Pinto que (salvo as manifestações de solidariedade) determinou um comportamento mais cauteloso a todos e finalmente a expectativa e até mesmo crédito de confiança de muitos. A queda da participação do MDB no noticiário também pode ser vista como consequência natural da ocorrência de fatos de maior interesse, tais como a sucessão nos Estados, as primeiras medidas de um novo governo federal e a fusão Guanabara — Rio de Janeiro.

CRÍTICAS À LIDERANÇA

A cisão, que até a primeira quinzena de março ameaçava o partido, foi contida com

o processo contra o deputado Francisco Pinto, no momento em que os autênticos se preparavam para uma atuação inteiramente desvinculada da liderança. Os integrantes desse grupo chegaram a criticar a maneira como a direção do MDB tratou o caso Francisco Pinto, considerando frágil a solidariedade emprestada ao deputado pela executiva. O episódio serviu, com efeito, para permitir os primeiros entendimentos entre os autênticos e a cúpula oposicionista, desde que eles se negaram a votar em Ulisses Guimarães, na eleição presidencial de 15 de janeiro.

Mesmo admitindo uma gradativa reaproximação com a cúpula, eles pretendem, igualmente, ajudar na eleição de candidatos, nos quais divizem afinidades de posições. Desejam, assim, crescer para nos próximos confrontos com os seus adversários do grupo moderado — que sustentam a direção — alcançarem melhores resultados. Isso, inevitavelmente, acontecerá na convenção nacional de abril do ano que vem, quando se renovarão o Diretório e a Executiva Nacional.

Além dos adeptos que pretendem conquistar entre os novos deputados federais a serem eleitos no pleito de 15 de novembro, os autênticos

acreditam contar, desde já, com o apoio de muitos moderados, insatisfeitos com a inércia da cúpula do partido. Os moderados já reconhecem as consequências negativas da marginalização dos seus adversários, entre os quais se encontra a grande maioria dos mais combativos membros da bancada oposicionista.

REFORMULAÇÃO PARTIDÁRIA

A partir deste reconhecimento, admite-se uma reformulação não apenas no colégio de líderes, mas também na cúpula partidária, a fim de que os comandos melhor representem e harmonizem as tendências do partido. Esta mudança seria em contraposição à excessiva uniformidade atualmente observada pela direção do MDB, cuja executiva é quase toda composta de ex-pessedistas com idade média de 60 anos homens que foram governo e não oposição, e que adquiriram a sua propalada sabedoria política dentro de uma realidade bem diferente daquela que pretendem enfrentar.

Através dessa reformulação — que não implicaria necessariamente na substituição do presidente do partido, Ulisses Guimarães — o MDB teria maiores chances de sensibilizar o Governo para as teses que prega, no sentido do fortalecimento das instituições democráticas e de resguardo dos direitos do homem. Para os autênticos, a anunciada intenção do Governo de iniciar as reformas institucionais do próximo ano, devem encontrar o MDB preparado e unido para o debate, do qual poderão surgir fórmulas que mais satisfatoriamente atendam às aspirações populares melhor veiculadas pelo partido da oposição.

O jogo sujo das multinacionais

A revista «Comercio Exterior», editada pelo Banco Nacional de Comercio Exterior, do México, publicou recentemente um artigo curioso, no qual Miguel S. Wionczek procura levantar parte do véu que envolve as operações das chamadas empresas multinacionais. Como se trata de matéria polêmica e ligada a um tema muito em moda, julgamos de interesse transcrevê-lo para conhecimento dos nossos leitores.

Tudo funcionava em escala mundial de uma maneira muito elegante até que, há cinco anos, o então presidente da Colômbia, Carlos Lleras Restrepo, recebeu um relatório de seus assessores econômicos de difícil explicação. Por um lado, a grande maioria das filiais das grandes empresas estrangeiras radicadas em seu país revelava perdas em suas declarações fiscais. Isto ano após ano. Mas, por outro lado, o número de aquisições de empresas nacionais por seus competidores estrangeiros crescia continuamente. Como o presidente Lleras não entendeu esta situação, aparentemente paradoxal, ordenou a seus assessores que investigassem o caso.

Os resultados foram tão surpreendentes que deram origem na América Latina a uma nova ciência: a investigação da vida privada das empresas multinacionais.

Os estudos realizados na Colômbia comprovaram que, primeiro, os dados referentes a lucros e perdas das empresas estrangeiras em questão não eram falsificados; segundo, em termos contábeis, as mesmas "perdiam dinheiro"; terceiro, as casas matrizes tinham lucros consideráveis, oriundos de suas operações na Colômbia e, quarto, não existia nenhuma base legal para acusar as sucursais estrangeiras na Colômbia de evasão fiscal e outras práticas proibidas pelos códigos civis ou penais do país.

Os estudos colombianos e os trabalhos semelhantes em outros países da América Latina demonstraram que a minimização dos lucros ao nível de uma sucursal ou de uma filial de uma corporação multinacional e a maximização dos lucros, ao nível da casa matriz de um sistema transnacional em seu conjunto, é um fenômeno que ocorre constantemente em grande número de países (incluindo os industrializados).

Para que este jogo dê resultados convenientes a uma empresa multinacional são necessárias as seguintes condições básicas: a) a presença de uma acentuada proteção alfandegária; b) ausência de tecnologias próprias; c) legislação antiquada e ipso facto generosa no campo da propriedade industrial (patentes e marcas); d) pessoal aduaneiro mal preparado que aceita como válida, sem reservas, qualquer fatura de importação e exportação; e) administração fiscal desprovida dos conhecimentos sobre o modus operandi das multinacionais.

Do lado da corporação multinacional são necessárias as seguintes condições: a) funcionamento simultâneo em um número razoável de países; b) participação considerável, embora não predominante, nos

mercados servidos por suas sucursais; c) concentração da investigação tecnológica no país da casa matriz; d) controle dos postos executivos financeiros de cada sucursal por gente de plena confiança, preferentemente nacionais do país de origem da empresa; e) um bom conhecimento das vantagens e desvantagens dos regimes fiscais, em escala mundial; presença de um escritório em um dos tantos "países fiscais" (um país pequeno ou uma ilhotinha recém-independente).

No mundo real dos nossos dias, o conjunto de ambas condições acima mencionadas ocorre com grande frequência.

Nos países do Terceiro Mundo, o primeiro conjunto de condições verifica-se quase sempre.

Tudo isto permite às multinacionais fazerem seus jogos dentro de uma legalidade nacional e internacional perfeita. Estes jogos consistem em:

- 1) Subfaturamento das exportações de bens de capital, matérias-primas e produtos intermediários enviados da casa matriz para suas sucursais.
- 2) Subfaturamento das exportações de produtos termina-

dos no comércio dentro da empresa multinacional (tanto de uma sucursal à casa matriz como entre as sucursais do mesmo sistema).



- 3) Fixação em níveis excessivos, e com pouca relação com os "preços de mercado", dos pagamentos das sucursais à casa matriz por conta de empréstimos internos dentro do sistema global, dos direitos sobre o uso da tecnologia e das marcas,

e a chamada assistência técnica.

- 4) Registro em massa das patentes e marcas no país receptor da grande inversão estrangeira, com o objetivo de reservar os mercados para as casas matrizes e não com a intenção de usar estes conhecimentos para a produção no país onde se registra a propriedade industrial estrangeira.

- 5) Defesa do direito ao segredo sobre as atividades das sucursais nos países em que operam, e

- 6) Uso, como intermediários, dos "paraísos fiscais" e daqueles países com legislação bancária que oferecem a garantia do segredo completo, à maneira sulca.

A evidência empírica destes jogos multinacionais é mais que suficiente para comprovar sua frequência. As importações de bens de capital, produtos intermediários e matérias primas costumam ser subfaturadas, em comparação com os preços internacionais, de 25 a 1000 por cento, havendo casos particularmente impressionantes na indústria multinacional química e farmacêutica.

Por sua vez, como demonstrados Unidos, as exportações interlatino-americanas de manufaturadas abaixo de 40-50 por cento das multinacionais são subfaturadas pelas sucursais das multinacionais são subfaturadas abaixo de 40-50 por cento dos preços internacionais.

A literatura sobre a fixação arbitrária dos preços de tecnologia e de assistência técnica de toda natureza, "vendidas" dentro das corporações multinacionais, é muito copiosa e detalhada.

Sobre a obtenção massiva de patentes dos conhecimentos técnicos países de capacidade tecnológica própria muito débil, há muitos estudos na Argentina e nos países andinos. Todos oferecem provas - sem cair na demagogia - no sentido de que se registram patentes com a finalidade de reservar os mercados de exportações para os donos das novas tecnologias. Finalmente, praticamente em toda a América Latina as sucursais das multinacionais e as empresas nacionais não têm nenhuma obrigação de publicar seus estados financeiros detalhados, consagrando-se assim seu "direito ao segredo" nas legislações nacionais, apesar de tal direito haver desaparecido em todos os países capitalistas avançados.

Com relação ao papel dos "paraísos fiscais" como Suíça, Panamá, Líbano e "ilhas menores", no jogo das transações bastam certos dados que circulam na sede da Comunidade Econômica Européia: no Luxemburgo existem 3 198 companhias que não praticam atividades industriais nem comerciais, mas que atuam como "holding companies" das ações de outras empresas, e se dedicam à emissão de bonos, ao manejo e obtenção de patentes, ao licenciamento da tecnologia e à concessão de créditos. O número de semelhantes companhias (caixas postais, em muitos casos) na Suíça chega a dez mil. Em Liechtenstein há quase vinte mil. A estas cifras seria necessário acrescentar outros milhares e milhares de empresas de membro (chamadas em inglês letterbox companies) em Gibraltar, Antilhas holandesas, Bahamas, Bermudas e as pequenas ilhas "financeiramente autônomas" das águas territoriais da Grã-Bretanha.

Aos incrédulos que tenham interesse especial em conhecer os jogos sutis das multinacionais podemos enviar-lhes fotocópias de um artigo muito instrutivo, publicado pelo *The Financial Times*, de Londres, em princípios de setembro, sob o sugestivo título "Os paraísos da felicidade". Cabe indagar: é possível controlar estas façanhas mediante a legislação tradicional sobre a inversão estrangeira em nível nacional?

O futuro e os subdesenvolvidos

Parece que o futuro não oferece muitas esperanças aos países subdesenvolvidos quando postos em confronto com as grandes potências e com as nações que já alcançaram alto índice de desenvolvimento econômico e tecnológico. É esta pelo menos a impressão que nos deixa Barbara Ward, economista e escritora britânica, quando escreve: "Durante mais de um século, e com entusiasmo maior ainda nos últimos vinte e cinco anos, o crescimento econômico, medido em termos de satisfação das necessidades tanto primárias quanto criadas, tem sido considerado o objetivo maior de cada país e a melhor forma de solucionar conflitos sociais.

No âmbito de cada nação, à medida que aumentem a produção e a renda, o volume de bens será suficientemente grande para premiar o esforço e a iniciativa e prover em escala ascendente as necessidades da massa da população. Na economia internacional o comércio e o investimento mundiais arrastarão os

povos em desenvolvimento na esteira das nações já desenvolvidas.

Segundo esse conceito de satisfação das necessidades econômicas, ao fim dos próximos cinquenta anos as rendas per capita no mundo inteiro se elevariam ao nível, digamos, da renda atual dos Estados Unidos, que é de 4.000 dólares anuais em média - ou, para empregar uma medida concreta, um milhão de calorias e o equivalente em energia a 13 toneladas de carvão. No mesmo período o padrão das nações desenvolvidas se elevaria talvez a uns 10.000 ou 15.000 dólares per capita, com a norma de duas casas, três carros, quatro receptores de televisão para os grupos de rendas mais altas.

Mas esse postulado implícito de expansão infinita tem duas falhas que se reforçam uma à outra. Mesmo nas nações mais ricas, mesmo com toda a trans-

ferência de recursos, dos cidadãos mais afortunados para os mais pobres, garantida por meio de impostos, de assistência e de

seguro social, a "economia de conta-gotas" não assegura o fim da pobreza na base da sociedade. Os 20% da faixa mais pobre podem ficar apenas com 5% da renda nacional, enquanto que os 20% da camada mais alta poderão ficar até com 40%.

No âmbito mundial, onde não ocorrem transferências sistemáticas, as nações mais ricas estão se afastando cada vez mais das menos desenvolvidas. Mesmo que 10.000 dólares anuais per capita sejam uma probabilidade razoável para as sociedades desenvolvidas no ano 2000 para dois terços da humanidade 400 dólares por ano parecem o cúmulo do otimismo. Para um terço, talvez, a desnutrição, o analfabetismo, a vida em favelas e o desemprego - em outras palavras, o pior de todos os ambientes humanos - talvez venham a ser o destino mais provável."

Schaeffer redescobre seu tempo



Schaeffer, um mineiro que desde rapaz sempre foi vidrado em mar, está agora na Domus. E Carmélio Cruz volta à Galeria da Praça, agora com retratos aproveitando neles a experiência que adquiriu em suas obras abstratas.



Bady retratada por Carmélio

Ruy Sampaio

Frank Schaeffer a partir de quarta-feira na Galeria Domus (Joana Angélica 184) é a ótima notícia desta semana. Pintor do mar desde quando, adolescente recém-chegado de Minas, pintava navios vistos de binóculo de sua varanda em Santa Teresa, Schaeffer fez seus estudos de Belas-Artes em Viena. A guerra o trouxe de volta ao Brasil onde estudou com Arpad Szenes, cuja pintura diáfana, embora não guardando muitos pontos de contato com o temperamento forte do aluno, tornou-lhe a cor mais delicada.

Foi com Szenes que Schaeffer aprendeu a afinar a gama de cada quadro com uma cor básica, dominante. Outra contribuição ao seu estilo seriam os anos de 48 e 49 no ateliê de Leger, cujas cores chapadas funcionariam no sentido de estruturar em contenção e sobriedade a pintura do discípulo. Na mesma época, fez em Paris, um estágio de dois anos no ateliê de André Lhote,

cuja marca na obra desse que é hoje um dos nossos maiores expressionistas foi sobretudo de caráter teórico, principalmente porque o contato entre ambos se deu na fase em que Lhote, já mundialmente reputado por seu «*Traité de la Figure*», lançava o não menos clássico «*Traité du Paysage*».

A gravura em metal, técnica que Schaeffer dominou

perfeitamente mas nunca expôs, foi aprendida, também nos anos prisienses, no famoso ateliê de Pons, em Montparnasse e com Robert Cami, na Sorbonne. Dessas fluências e muito mais da manipulação rigorosa de uma linguagem extremamente pessoal, resultou uma das mais poderosas pinturas do Brasil contemporâneo, que se foi situada por fases, poderá dividir-se na das máquinas (de 64 a 68), na dos pássaros (de 68 a 69), na de motivos centro-americanos (a partir de 73, fruto de algumas viagens e exposições que o artista realizou no México, na Guatemala, no Equador e no Peru).

A última fase porém foi breve e já na exposição de abril e maio deste ano em Bogotá, Schaeffer, marinheiro e marinista, voltava às suas marinhas, que é o que nos apresenta agora, numa das mostras mais significativas deste ano.

A exposição da Domus assinala, na obra de Frank Schaeffer, uma síntese temática somente perceptível a quem tenha acompanhado sua fascinante trajetória: aí estão, além do mar, que ele transfigura em mil recriações poéticas, as máquinas e os pássaros de outras fases, cascos de velhos barcos desmantelados, aves aquáticas trabalhadas no mais puro onirismo, sem o mais remoto compromisso com o real,

numa síntese de seus antigos caminhos, agora refeitos, para encantamento de todos nós.

● Manipulando uma simbologia que seu apresentador, o crítico Maurício, relaciona com as cartas do Tarot e com o Art-Déco, Rodrigo de Haro está na Intercontinental (Maria Quitéria, 42) com quadros da série «Comédia» ou «O Baile de Máscaras», filão que vem pesquisando há dez anos, numa linha cujo ponto de referência mais forte é a obra de Aubrey Beardsley, o contestador da moral e da estética vitorianas, que o requintado artista catarinense retoma em termos de autonomia e adultidade.

Carmélio Cruz volta à Galeria da Praça (Maria Quitéria, 41) desta vez numa especialidade que embora o leve por caminhos diferentes da abstração, revela a mesma maestria: a do retrato. Apresentando-o, Flávio de Aquino afirma que, «em seus retratos de agora ele aproveita com êxito a experiência obtida em suas obras quase abstratas, rigidamente compostas, mas de um lirismo triste, requintado, inspirado em Klee e no misticismo». Gênero perigoso, o retrato tende, mesmo nos artistas que se propõem o mais audacioso descompromisso com o verismo visual, a exercer-se numa área de concessão, on-

de a semelhança burguesa com o retratado é uma permanente armadilha à espera de pintor e modelo. Esta, porém, é a exposição de um retratista que, antes de tudo é um criador. E nas soluções imaginosas que buscou — em requintes de luz e na sabedoria da cor, que maneja de modo terrivelmente encantador — seus modelos não funcionaram como uma semelhança visual a atingir, mas como uma referência plástica a tratar e retratar, num procedimento pictural de grande envolvimento poética.

● A Bonino (Barata Ribeiro, 578), apresentando a pintura/objeto de João Carlos Galvão, nos dá conta do estágio em que se encontra a obra de um artista brasileiro referido, entre outros, por Vasarely, que já o felicitou, por carta, pela qualidade de suas criações e seriedade de suas pesquisas. Mais de que essa referência, cuidadosamente anotada no catálogo da galeria, talvez pelo receio de que a opinião da crítica nacional ou o discernimento dos conhecedores locais não fossem convincentes, testemunham a qualidade e a seriedade de Galvão seus achados, sua pesquisa e sua própria atitude de recusar o óticamente fácil, para empreender caminho através de um rigor de vocabulário que poucos artistas, mesmo os jovens, como é o seu caso, têm-se animado a percorrer.

● O desenho, gozando, juntamente com a gravura, de uma maré montante de prestígio nestes últimos dois anos, está representado — e muito bem — pelo trabalho de João Luiz de Oliveira Roth, que vem do Centro de Artes da Universidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Bico de pena e aguadas leves fazem o clima desse desenho imaginoso e já com um timbre tão pessoal, apesar dos vinte e três anos do artista, que expõe na Galeria Real (Visconde de Pirajá, 168), em sua primeira individual no Rio, numa exposição cujo alto nível não faria suspeitar o trabalho de um debutante.

● Assinando «Juca» (como também ocorre com Ovídio Melo), Vicente Fusco apresenta seus trabalhos no Centro de Artes de Friburgo. É o benjamim da temporada, com os mesmos dezessete anos com que o pai, o romancista Rosário Fusco, estreava na literatura. Se não chegar a alcançar o sucesso de seu xará (com quem precisa resolver essa coincidência de nomes antes de voltar a expor) Juca, o Fusco, deverá, pelo menos dar-se a ver aos colecionadores brasileiros mais que seu pai aos leitores de língua portuguesa, editado e reeditado que é no estrangeiro (inclusive pela famosa Mondadori, de Milão), enquanto aqui as edições esgotadas de seus livros misteriosamente não se renovam...

“LUDWIG” (1972) de Luchino Visconti

Ludwig é o décimo-segundo longa metragem na filmografia de Visconti, um dos mestres do cinema italiano, cujos filmes podem dividir-se em dois tipos: os de forte conteúdo social e político (como *La Terra Trema* - 1948 e *Rocco e seus irmãos* - 1960) e as reconstituições históricas onde o perfeccionismo estético supera as possíveis preocupações críticas (vide *Senso/Sedução da Carne* - 1953, *Morte em Veneza* - 1971). “Ludwig” pertence a esta segunda categoria.

Para aqueles, que só conhecem o Visconti dos últimos filmes (exatamente a *Trilogia Germânica* composta por “*Os Deuses Malditos/The Damned*” - 1969, sobre a família Krupp; *Morte em Veneza*, baseado na novela de Thomas Mann; e agora este), pode parecer que se trata de um diretor “decadente”, exatamente por só conhecerem algumas das suas obras mais fracas. A *Trilogia Siciliana*, composta por *La Terra Trema*, *Rocco e O Leopardo/Il Gattopardo* - 1962, é bem superior, mas há muito não passa entre nós.

Portanto, Visconti não é exatamente um diretor decadente. Pode ser, no máximo, um diretor que filma a decadência, ou o que é mais provável, um grande diretor em decadência. Desde o começo da década passada, a maioria dos seus filmes não chega ao nível das obras-primas. Se *Os Deuses Malditos* e *A Bruxa Queimada Viva* (1966) - episódio de *As Bruxas*, estão entre as melhores coisas do mestre; *Vagas Estrelas da Ursa* (1965) e *Morte em Veneza* são dois filmes menores mesmo que fascinantes; e *O Trabalho* (1962) - episódio de *Boccaccio 70* e *O Estrangeiro* (1967), baseado no livro de Camus, totalmente frustrados.

Ludwig também não é dos mais bem sucedidos. Convém também informar que as intenções da obra não ficam muito claras, mas depois dos quarenta minutos de cortes que a MGM

Visconti não é um diretor decadente. Pode ser, no máximo, um diretor que filma a decadência, ou, o que é mais provável, um grande diretor em decadência. LUDWIG é uma prova disso.

João Carlos Rodrigues

efetuou para distribuição internacional, poucas obras-primas continuariam reconhecíveis. Afinal, o que pretende este filme? É uma reconstituição histórica ao estilo Rossellini da vida de Ludwig II da Baviera? Provavelmente não, pois ninguém sai do cinema sabendo muito mais do que sabia antes sobre este estranho personagem. É uma crítica social sobre um governante desinteressado pelo governo? Também não, pois à política real é dado muito pouco destaque. Seria então uma reflexão sobre um esteta frustrado em busca da perfeição, como “*Morte em Veneza*”? Talvez, antes dos cortes.

Como está, o filme mais se aproxima duma crônica íntima do rei Ludwig. As elipses são enormes, e pela crítica internacional, precedem os cortes: seriam originárias do roteiro. Nenhum dado é fornecido sobre a infância do rei, nem para explicar seu narcisismo, sua timidez com as mulheres, seu futuro homossexualismo. Da batalha que lhe custou o reino, não são fornecidos o nome nem ao menos o inimigo. Etc. etc. Estas falhas talvez se compensassem na versão integral, mas atualmente dificultam até a compreensão da trama.

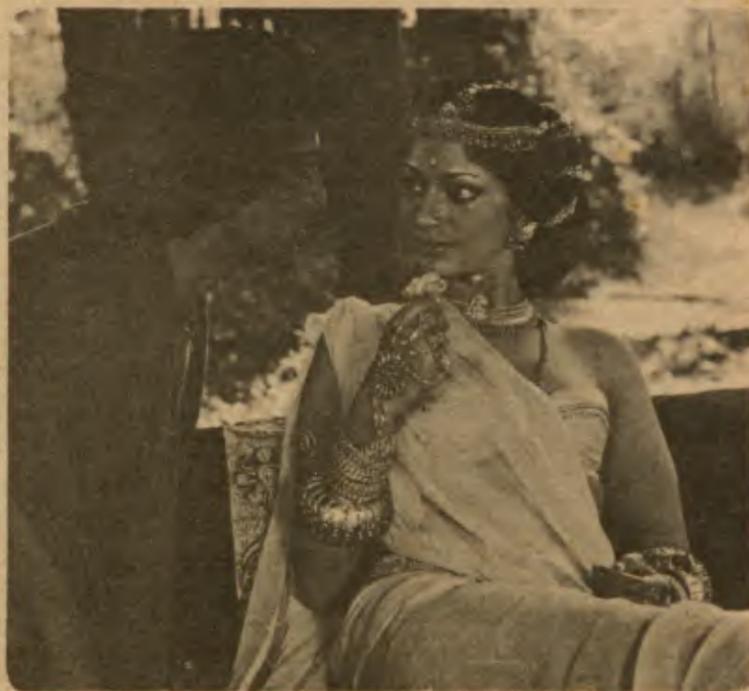
Os cortes castraram uma obra que já nasceu frustrada ao que parece. Foi eliminada uma grande seqüência na casa de Wagner, quando é realizado um concerto em homenagem ao novo filho de Cosima e do compositor, sob os olhos c

nplacentes do marido desta. Aliás, a primeira metade do filme, exatamente onde aparecem Wagner, Cosima e von Bulow, foi de tal maneira mutilada que não tem pé nem cabeça. Não são bem esclarecidas as relações entre o músico e a esposa do maestro; nem as razões que forçam Ludwig a expulsá-los de Munich. O que reata dessas seqüências não é de nenhuma maneira esclarecedor e/ou satisfatório. O outro corte castrador vem no final, quando depois da morte do rei, os personagens dissertavam sobre ele. Deste final, onde provavelmente os personagens melhor se definiam e Visconti expressava sua opinião, nem um só plano restou.

Não há muito o que dizer sobre o filme, artesanalmente falando. Fotografia, coreografia e reconstituição de época primorosas, mas isto já era de se esperar. Do elenco, saem-se melhor os atores Alemães, principalmente Helmut Berger (Ludwig), Romy Schneider (a imperatriz Sissi) e Helmut Griem. Trevor Howard como Wagner é muito parecido com o original, mas super-representa o tempo todo. Seu estilo de interpretação psicológica (típica de Hollywood) entra em choque com o realismo crítico dos outros atores. Silvana Mangano como Cosima não tem nada a fazer, pelo menos nesta versão mutilada.

O filme *Ludwig* não explica o real personagem Ludwig II nem explica o diretor Visconti, pra quem mal ou pouco os conhece, como a maioria dos espectadores. As melhores dicas para compreensão da obra estão porém dentro dela mesma. Quando Sissi diz a Ludwig que “soberanos como nós não têm nada a ver com a História. Só entramos nela se algum louco idota nos assassina”. Ou mais adiante, quando pergunta “por que você continua tentando a imortalidade às custas do gênio de Richard Wagner?”

Isso ninguém jamais saberá. Pelo menos com a ajuda deste filme.



Quem é quem em Sidartha

Conrad Rooks, o diretor, pertence à geração de Jack Kerouac e Allen Ginsberg e Lawrence Ferlinghetti - ou seja, a geração beatnik que agitou a década de cinquenta. Só realizou um outro filme antes de “*Sidartha*”: trata-se de “*Chapaqa*” (1966), premiado no festival de Veneza. “*Chapaqa*” conta no seu elenco com Jean-Louis Barrault, Allen Ginsberg e Ravi Shankar e trata duma experiência alucinógena com LSD alguns anos antes da difusão em massa desta substância. Muito bem recebido pela crítica, este filme fracassou nas bilheteria e continua “maldito” ainda hoje, oito anos depois.

“*Shashi Kapoor*, o ator, é sobrinho do velho Raj Kapoor, um dos mais famosos diretores hindus, o mais importante da cinematografia hindu, sediada em Bombaim e a mais próspera da Índia. O jovem Shashi não é totalmente desconhecido do público ocidental, pois produziu e interpretou alguns filmes do diretor inglês James Ivory, o me-

lhor dos quais é “*Bombay Talkie*” (1969).

Sven Nykvist, sueco, é o fotógrafo. Favorito de Igmarr Bergman, é o responsável pelas imagens de “*O Silêncio*”, “*Persona*”, “*A Hora do Lobo*”, “*Vergonha*”, entre outros.

O livro de Hermann Hesse no qual o filme é baseado fielmente, é uma biografia romancada de Buda, que não por acaso também se chamava Sidartha. Do filme, que tende um pouco para o esteticismo e tem quedas de ritmo muito acentuadas, não se pode dizer que seja uma obra-prima. Mas se a intenção do diretor foi, como leva a crer pelo seu curriculum vitae, a de exaltar o misticismo oriental numa hagiografia tipo “vidas exemplares”, o filme é absolutamente realizado dentro deste ponto de vista. É mais útil e mais oportuno que as pseudo-biografias de Billie Holiday, Dillinger, Ludwig ou Serpico que andam pelas telas ultimamente.

Uma boa pedida dentro dos poucos filmes disponíveis. Mesmo que as soluções ascéticas não sejam sempre satisfatórias.

MUSICA



O Jazz Moderno de Mingus

Quando Charles Mingus estiver se apresentando no Rio, São Paulo e Belo Horizonte entre os dias 14 a 18 de agosto, é possível que já esteja nas lojas o *Lp Mingus Moves*, que a Continental está lançando no Brasil.

Um dos renovadores do jazz, Mingus já era avante-garde, muito antes do termo estar na moda. *Pithecanthropus Erectus*, *The Clown*, seus dois primeiros álbuns, documentam esse período de sua música; o primeiro tinha por destaque a música que lhe dá título, com a participação de Jackie McLean, enquanto o segundo incluía Ri-

chard, o trombonista Jimmy Knepper e Shafi Hadi. Em seguida o grupo produziu mais três álbuns, entre eles, *Tijuana Moods*, um dos melhores momentos da música de Mingus.

Até 1953, quando tomou parte do histórico concerto no *Massey Hall*, em Toronto, ao lado de Charlie Parker, Dizzie Gillespie, Bud Powell e Max Roach - o maior grupo de jazz já formado - o músico já tinha trabalhado com os maiores nomes do jazz. Em três décadas de atuação, Mingus mostrou ser um compositor, músico, bai-

xista, arranjador e “band-leader” fora-de-série.

Nos últimos 10 anos - desde sua primeira exibição no Monterey Jazz Festival até o concerto do Carnegie Hall, em janeiro de 1974, onde esteve acompanhado por Rashawn Kirk, seu velho amigo - a carreira do músico sofreu algumas interrupções, provocadas por desilusões. *The Best Of Charles Mingus*, *The Art Of Charles Mingus*, *Atlantic Years* e o recente *Mingus Moves*, produzidos nesse período, são provas de talento de um dos maiores músicos surgidos no jazz.

Uma literatura da imobilidade

A aparição, na França, do estranho livro de Severo Sarduy - Cobra - dois anos atrás, teve sucesso sem precedente na literatura de vanguarda. Era o terceiro romance do escritor cubano residente em Paris e um crítico de L'Express qualificou o livro de "salto de felino"; outro, de Le Monde, como "o mais representativo, o mais dotado e também o mais raro dos novos romancistas".

Quem é este autor, como é sua obra, qual sua linguagem, de onde suas origens cujo contato com sua produção literária provoca, põe à vista elementos do terrível e do maravilhoso? É cubano, residente em Paris e em Amsterdam; é poeta e autor de teatro, romancista, ensaísta, editor e jornalista científico da rádio francesa. No teatro europeu foram-lhe representadas as peças "La Playa", "Relato" e "La caída"; na poesia publicou nas edições Pauvert "Merveille de la Nature" com ilustrações de Leonor Fine e outro livro - Big-Bang. Cobra é um romance na linha do anti-romance, contando, se conta, a história de um travesti parisiense - Cobra - do Cabaret "Carrousel" com a paixão de parecer-se com Greta Garbo. O travesti, na história real morreu de regresso de uma tournée no Japão, quando o avião que o conduzia com sua troupe se chocou contra o vulcão Fujiyama.

Neste escritor, fixado sem dúvida no núcleo vivo de nosso tempo, não importa a temática. Ele, extremamente contemporâneo e de todo

tempo, não está inserido na temática que dá unidade a uma série de novos escritores hispanoamericanos. Sua obra, ele mesmo a define, como literatura da fixidez, da imobilidade; no teatro não há saída nem entrada de personagens; não há ação, apenas a imobilidade criada.

Seu modo de produção começa pela contemplação ativa de um fato ou de um ponto; esta contemplação é geratriz, vai crescendo, rodeando a totalidade até o pleno saber-como nas orações brahmânicas repetitivas, como na fixidez dos sonhos da droga. Em Sarduy, a imobilidade tem uma conotação erótica: pela imobilização seduz o parceiro, paralisa seus movimentos e absorve. Em Cobra, que é um entrecruzamento de relatos, o dominante não é o fazer do travesti e, sim, a metamorfose compulsiva em termos de paixão do absoluto, de perfeição física até a figura do modelo ideal.

Diz o autor que sua literatura brota do sexo e ascende até a mão, que na busca de uma palavra se entrega à dança e seu corpo fica convertido em linguagem. Dali seu barroquismo na expressão, barroco que significa abstrato no detalhe e objetividade no conjunto. É difícil a leitura setorial de Cobra cuja intensidade dramática se dá, somente, na totalidade. Muitas vezes nessa linguagem em expansão infinita, aparecem os raios fósseis da cosmologia, raios do que foi e que por uma mágica da

criação estética reaparecem em toda sua atualidade.

É necessário repetir, o conceito da corporalidade é fundamental para a interpretação de Cobra. O homem comum se inclina a ficar longe do extremo prazer ou da dor extrema. Em Cobra, pela erótica de Sarduy, se dá o apogeu do êxtase, idênticos ser e morte. Mais ainda, no êxtase - a paixão de Cobra - o ser é dado na superação do ser, estado sensual vizinho à morte. A paixão de Cobra é a metamorfose para a busca do modelo ideal. O ritual da transformação, como um orgasmo de asceta, é semelhante à representação teatral religiosa oriental. A segunda parte, a iniciação, é um longo diálogo Oriente-Occidente que pode acontecer no bas-fond de Paris ou de Amsterdam com a explosão funerária segundo o rito do Livro Tibetano dos Mortos.

O itinerário da leitura não é fluido e os elementos significantes se escondem atrás arcaísmos, gíria cubano-argentina, alegorias sinuosas e verdadeiros enigmas. A começar pela palavra Cobra, sigla de Copenhagen, Bruxelas e Amsterdam, ou alusão à sacralidade da serpente, ou ao barroco, ou a uma seita.

O tema não importa, ele surge da imobilidade formal do autor, onde se mistura um fundo amargo de tragédia, um vento fresco do melhor humor e apresentação de uma aporia implacável; ser excessivamente deixando de ser.

Efraim Tomás Bo



Vitalidade e permanência de Câmara Cascudo

O humanista Luís da Câmara Cascudo selecionou seis epígrafes gerais para a sua obra **Civilização e Cultura**. Na dança propiciatória dessas inscrições, apresenta melhor desempenho a de Ortega y Gasset, que, como diria o "bom português", vem a talho de fouce reproduzir: **Un libro de ciencia tiene que ser un libro de ciencia, pero también tiene que ser un libro.**

No caso, trata-se de um livro de etnografia geral, ciência que mal passada pode ser indigesta. Recheando frases ingurgitadas ou estruturando o estilo hirsuto e espesso de outros cientistas nossos, mais que indigesta é funesta.

A etnografia de manhã é ouro, de tarde é prata e de noite mata. Felizmente Câmara Cascudo é esse escritor-cientista-artista claro, matinal, direto como um raio de sol. Sabe fazer livros com esmagadora erudição e perfeita competência na arte de escrever, como vem demonstrando há

mais de meio século. Mas não se trata agora de insistir nesses truísmos. Trata-se de celebrar o livro de um sábio. Entretanto, no momento em que a antropologia parece exercer novo fascínio sobre uma juventude um tanto desmemoriada quanto aos nossos autênticos valores, nunca é demais lembrar que a obra do velho mestre conta com mais de cinquenta títulos e é a maior contribuição pessoal à etnologia no Brasil.

Não obstante, alguns especialistas querem ver em Câmara Cascudo uma "mentalidade retardatária e obsoleta, fingindo ignorar quanto fora decidido pelas sábias universidades norte-americanas, obedecidas jubilosamente quase no resto do universo". Isso porque o autor, cuja modesta queixa acima reproduzimos, é de opinião que "todas as culturas nasceram do *ethnos*, grupo de gente, e não do *anthropos*, unidade aproveitadora do labor comum". Mas isso é muito

pouco e não pode contrariar seriamente nenhum cientista moderno. Na verdade o que os irrita é etnógrafo que cita Montaigne no original francês do séc. XVI.

Mas a "mentalidade retardatária e obsoleta" segue seu caminho sem se importar com os reparos dos autoproclamados novos proprietários da verdade, coisa relativa, escassa e fugidia que muda de dono com assustadora frequência.

O segredo, a magia de Câmara Cascudo reside na manipulação e dosagem dos ingredientes de sua ciência. O assunto, gigantesco pela própria natureza, aparece domado e humilde, cabendo inteirinho nessas 763 páginas. Só lamentamos a sobriedade do autor, sua parcimônia de palavras, muitas vezes reduzindo o desenvolvimento de temas que poderiam render muito mais, para nosso maior goáudio, deleite e aproveitamento. A prolixidade pode

ser coisa muito formosa, depende de quem a pratica. Esse Stendhal da etnografia só maneja o essencial. Assim pode alcançar uma visão completa da origem, estabelecimento, modificações e vitalidade das culturas humanas. E mais, apresentar esse quadro numa prosa transparente e fluida.

A permanência temporal de tantos dos nossos gestos, usos, costumes, encontra sua sábia explicação e significado. Mas Câmara Cascudo explica melhor: "Um ato comum e banal pode ter cinquenta séculos e um pavor que julgávamos personalíssimo já sacudia o corpanzil assombrado de um nosso pré-avô na noite dos tempos antigos. E tudo isso vive em nós, herdeiros de gerações incontáveis e de culturas sucessivas."

A cultura lírica do soltense é pesada como pedra? Pode ser e pode não ser. Na magistral apresentação do escritor é pura leveza arrimada à sabedoria e originalidade de pen-

samento, tudo muito equilibrado e documentado.

Uma das velhas raposas da política mineira costumava dizer: "O fato não interessa, o que interessa é a versão." Nas palavras preliminares que o autor escreveu para essa obra, aprendemos que a frase é mera repetição caçoísta de autor mais importante e mais antigo. Mas, sem nenhum desrespeito pela verdade científica, não podemos deixar de aplicar-lhe o espírito ao espírito desse livro.

A história da edição de **Civilização e Cultura** é cheia de malogros vividos em onze anos de aventuras e vicissitudes que incluíram até perda dos originais. Milagres do Brasil, diria Gregório de Matos. Enfim, como lembra o autor, *All's ell that ends well...*

CIVILIZAÇÃO E CULTURA, Luís da Câmara Cascudo - Livraria José Olympio - M.E.C. 2 vols. - CR\$ 30,00.

Ismael Cardim



General Ernesto Geisel foi o primeiro Presidente da República que não permitiu se convidasse para sua posse, em Brasília, a lista crônica de grã-finos que o cerimonial do Itamarati costuma mobilizar em acontecimento desse tipo. Na verdade, constituía uma cafonice política e um insulto ao país. pagar passagem e estadia em Brasília de pessoas sem qualquer representatividade nacional, notórias apenas por sua suspeita assiduidade às colunas de café-society, para participarem da posse do Presidente da República. A presença de **panteras e cocottes**, nacionais ou estrangeiras, que nada têm a ver com a vida pública ou mesmo com as famílias tradicionais da sociedade brasileira, em solenidades oficiais, vinha sendo um costume leviano dos programas do Itamarati, agora felizmente revogado pela austeridade e pelo bom gosto do Presidente Geisel e do Chanceler Azeredo da Silveira. O General é uma pessoa de hábitos modestos, e o Ministro Silveirinha é um homem bem nascido. Nenhum dos dois se pode confundir com a borra de **parvenues** do chamado café-society.

Outra demonstração de bom gosto e austeridade do Presidente da República. Antigamente, em qualquer almoço oficial, derramava-se vinho francês, do Chateau Lafitte ao Chateau Mouton-Rotschild. Agora, segundo se lê no último menu de banquete oferecido pelo General ao Presidente do México, o vinho servido foi um Merlot, da Granja União. De resto, um vinho honesto e potável, como o Cabernet, da mesma Granja União.

A propósito do desafio feito pelo sr. Nestor Jost ao sr. Paulo Brossard para uma troca de idéias, na televisão do Rio Grande do

Sul, onde os dois são candidatos ao Senado, o povo em Porto Alegre já está dizendo que o candidato do MDB, embora levando certamente a melhor no debate vai fazer um mau negócio. É que, tratando-se de uma troca de idéias, o sr. Brossard vai oferecer as suas, que são boas e abundantes, pela do sr. Jost, que são curtas e escassas.

Ainda sobre o debate de candidatos pela televisão. No Rio, a troca de idéias entre o sr. Danton Jobim e o sr. Gama Filho não vai ser possível. Por falta de matéria prima do segundo:

A propósito da nota que publicamos em nossa última edição, onde dizíamos

que era impossível ao MDB apresentar uma lista de candidatos pior que a da Arena, disse ao colunista o candidato a deputado federal pela Arena, Herculano Leal Carneiro: "Mesmo se isto fosse verdade, teria acontecido o impossível; a nominata do MDB seria pior que a do partido que faz oposição ao sr. Chagas Freitas". Concluiu Herculano fazendo uma ardente defesa do sr. Gama Filho, de cuja obra, como criador da Universidade, é velho admirador. O que acontece, Herculano, é que o Senado não está ameaçado pela Universidade, mas por seu proprietário.

"Do jeito que as coisas estão, o monopólio estatal (do petróleo) é um cartão

de loteria esportiva em que só se fez seis pontos. Pode ser conservado, mas não muda a vida de quem o tem". A opinião talvez seja do sr. David Rockefeller. Mas a frase é do Glycon de Paiva mesmo, segundo se pode ler na edição do «Jornal do Brasil» de 1º de agosto corrente. Pela certidão de registro civil, o autor dessa frase é brasileiro, até de nascimento. Seu nome também, pois originariamente chamava-se Glicón — um contubérnio silábico, formado de Glicério e Conceição. Tratava-se de um nome pitoresco, e o dono, passou a chamar-se americanamente **Glaicon**. Vai acabar chamando-se **Glaicon de Pêiva**.

Juca Chaves está se tornando um dos mais ativos

coleccionadores de quadros do país. Sua pinacoteca, que já conta com algumas peças de grande valor e de melhor qualidade, vai ampliar-se muito este ano.

Entendem pessoas dos círculos mais influentes, especialmente entre as autoridades econômicas, que o ex-banqueiro José Luís Magalhães Lins não era o homem para presidir a Light, e isto no momento em que a empresa parece preparar-se para a absorção pela Eletrobrás. O trânsito de José Luís não é dos melhores, nas áreas em que a empresa terá de movimentar-se. O trânsito do antigo banqueiro no mundo oficial foi muito melhor ao tempo do governo Goulart, a favor do qual o sr. José Luís manipulou com grande eficiência a caixinha do plesbiscito.

Alguns dos responsáveis mais altos entendem que o sr. Antonio Gallotti, apesar de seus encargos na presidência da Brascan, será forçado a voltar à vice-presidência da Light, para conduzir as negociações que, mais cedo ou mais tarde, terão início com a Eletrobrás. A respeitabilidade pessoal e política do sr. Antonio Gallotti lhe confere o trânsito que falta ao sr. José Luís.

O presidente do Banco Nacional de Habitação, Maurício Szulman, foi, segundo consenso geral, um competente Secretário da Fazenda, no Paraná. Deslocado para a presidência do BNH, ainda não disse a que veio, em matéria de política. Na verdade, não desejava o lugar, e estava empenhado em ocupar o cargo de Diretor-Tesoureiro de Itaipu. Talvez sua inoperância no BNH seja um reflexo dessa frustração.



Geisel, um novo estilo.



Primeiro, foi Dina Sfat, em «Verão Vermelho»; depois, Regina Duarte, em «Carinhoso»; agora, é a vez de Beti Faria, a «Lazinha» de «O Espigão». Mas, desta vez, a gravidez da estrela não terá gravidade para a Tv-Globo: a novela já está no fim e o bebê de Beti ainda está no começo. Marília Pêra, outra que anuncia, levou o problema para Flávio Rangel, que precisará encontrar outra apresentadora para «Pippin». Já Nelsinho Mota, em quem ninguém acreditava, encontrou assunto diário para a sua coluna em «O Globo».



O desejo do general Espínola de acelerar o processo de descolonização vem fazendo recrudescer a violência estabelecida na tropa. A seqüência mostra uma recente batida nos bairros negros de Luanda, Cazenga e Lixeira, revelando que na prática esta vontade se choca com muitas dificuldades.

